



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

FERNANDA CRISTIANI DO CARMO

**UM OLHAR SOBRE OS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM PARA O MUNDO DO
TRABALHO: O JOVEM EM QUESTÃO**

Florianópolis

2014

FERNANDA CRISTIANI DO CARMO

**UM OLHAR SOBRE OS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM PARA O MUNDO DO
TRABALHO: O JOVEM EM QUESTÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC, como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Prof^ª. Dr^a Eliete Cibeles Cipriano Vaz

Florianópolis

2014

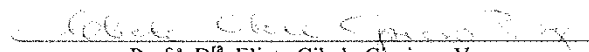
FERNANDA CRISTIANI DO CARMO

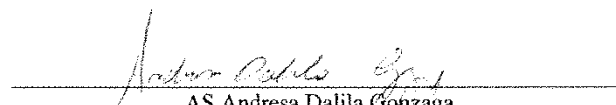
**UM OLHAR SOBRE OS PROGRAMAS DE APRENDIZAGEM PARA O
MUNDO DO TRABALHO: O JOVEM EM QUESTÃO**


Trabalho de Conclusão de Curso aprovado como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Serviço Social, do Departamento de Serviço Social do Centro Socioeconômico, da Universidade Federal de Santa Catarina.

Florianópolis, 10 de dezembro de 2014.

BANCA EXAMINADORA


Prof.^a. D^a. Eliete Cibele Cipriano Vaz
Professora do Departamento de Serviço Social - UFSC
Orientadora


AS Andresa Dalila Gonzaga
Centro Cultural Escrava Anastácia
Primeira Examinadora


Prof.^a. Dr.^a Mariana Proffer Machado
Professora do Departamento de Serviço Social – UFSC
Segunda Examinadora

“Educação não transforma o mundo.
Educação muda pessoas. Pessoas
transformam o mundo”.

(Paulo Freire)

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por mais uma etapa da vida concluída, Ele sabe que tudo isso foi realizado com muito esforço e dedicação. A força deste Deus onipotente me deu o dom da vida e me amparou nos momentos mais difíceis. A ela sou imensamente grata. Obrigada, por todas as bênçãos e pessoas maravilhosas que colocou em meu caminho, me dando força para seguir na realização deste sonho, sem nunca desistir.

Dedico este trabalho a minha amada mãe, Sandra Maria Cardoso (in memoriam), por ter sido essa mulher guerreira que dedicou toda sua vida para criar e educar seus filhos com amor incondicional. Mãe, sei que mesmo distante, estarás presente compartilhando dessa alegria, que era ver seus filhos concluindo uma faculdade. Obrigada por todo amor, carinho, apoio e principalmente dedicação. Obrigada por tudo!

A meu filho Rian, por todas as noites em que estive ausente, trabalhando à noite e estudando de dia. Obrigada filho, por toda sua paciência, por seu carinho, pelo incentivo e por me querer ajudar nos dias de estudo. Foram estes sete anos de sorriso angelical que me deram forças para continuar. Amo-te! Meu bem mais precioso.

Agradeço sinceramente a meus familiares, que sempre estiveram presentes em cada momento desta jornada, sendo o meu alicerce. Obrigada por todo carinho, compreensão, apoio, e orações. Amo vocês!

Aos meus colegas de trabalho da Endoscopia do Hospital Governador Celso Ramos, por todo carinho e compreensão. Vocês fizeram parte da realização desse sonho, obrigada!

Em especial, agradeço a meu grande amigo, Amauri Vieira, que sempre acreditou em mim e nunca duvidou que eu fosse vencer esta luta. Obrigada, por todo carinho e parceria!

A toda turma de Serviço Social 2010.2 da UFSC, em especial às minhas duas amigas Nattany e Adriana, por sempre estarem presentes, serem companheiras e amigas. Vivemos e compartilhamos várias histórias, aprendendo sempre umas com as outras e tenho certeza que o curso não seria o mesmo sem vocês. Obrigada por tudo!

Agradeço com carinho a todos os meus amigos e amigas que estiveram presentes nos momentos bons e ruins.

Agradeço a minha supervisora de campo, Andreza Dalila Gonzaga, por todo seu carinho, compreensão e seu compromisso perante o meu trabalho. Agradeço a todos do Centro Cultural Escrava Anastácia, que torceram por mim. Um abraço especial para todos.

Agradeço a minha orientadora, Professora Eliete Vaz, que gentilmente aceitou me orientar nesse período tão conturbado. Obrigada por todo seu carisma e paciência, pelo

suporte dado para realização deste trabalho. Sem dúvidas foi um grande privilégio tê-la como orientadora e poder ter contado sempre com tua imensa sabedoria, bom humor e paciência. Professora, a você dedico o meu eterno obrigada!

A todos os professores do Curso de Serviço Social da UFSC, que contribuíram com meu processo de formação.

Aos professores que aceitaram ser meus examinadores da banca de TCC, fica o meu mais humilde obrigada.

Em fim, agradeço a todos que acompanharam de perto e contribuíram direta e indiretamente para realização deste sonho.

“Agradeço todas as dificuldades que enfrentei; não fosse por elas, eu não teria saído do lugar. As facilidades nos impedem de caminhar. Mesmo as críticas nos auxiliam muito.”

(Chico Xavier)

RESUMO

Este trabalho de Conclusão de Curso tem como objetivo geral realizar um resgate histórico sobre as leis que regulamentaram a aprendizagem profissional no Brasil desde o período Colonial e analisar os aspectos gerais dos programas de aprendizagem regulamentados, atualmente, pela Lei de Aprendizagem nº 10.097/00 e a Lei nº 5.595/05 que dispõe sobre as condições de contratação dos jovens. Além de enfatizar os aspectos das leis editadas durante este período, dá-se visibilidade aos dispositivos que devem compor os cursos de aprendizagem oferecidos aos jovens a partir da Lei atual, bem como as características dos cursos que são oferecidos pelas instituições não governamentais e sem fins lucrativos. A partir destes subsídios, visa compreender a inserção dos jovens no mercado de trabalho, tendo em vista a regulamentação das referidas leis. Não sendo a história descolada da dinâmica social, cultural e econômica, no desenvolvimento deste trabalho são abordadas as principais mudanças sociais ocorridas ao longo da edição das Leis desde o período Colonial até a consolidação da Lei de Aprendizagem. Enfatiza-se o processo de reestruturação produtiva desencadeada com a crise econômica de 1970, cujos fatores exigiram outras características do trabalhador, incluindo os jovens. Além desse aspecto, apresenta-se neste trabalho, a relação dos programas de aprendizagem com as instituições não governamentais sem fins lucrativos de Florianópolis. Sendo assim, a pesquisa situa-se no rol das pesquisas qualitativas, sendo utilizada como ferramentas a pesquisa bibliográfica, e como aporte teórico autores como Pochmann (2000); Montañó (2002); Antunes (2005); Sales (2010); Bellizia (2012).

Palavras-chave: Lei de Aprendizagem. Educação profissional. Ensino profissionalizante. Jovem aprendiz.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
SC	Santa Catarina
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Nº	Número
SÉC.	Século
ART.	Artigo
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
CF/88	Constituição Federal de 1988
CLT	Consolidação das Leis Trabalhistas
PLANFOR	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
PNQ	Plano Nacional de Qualificação
PROJOVEM	Programa Nacional de Inclusão de Jovens
SINAJUVE	Sistema Nacional da Juventude
MTE	Ministério do Estado do Trabalho e emprego
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
FHC	Fernando Henrique Cardoso
ONG'S	Organizações Não Governamentais
OSFL	Organizações sem fins lucrativos
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ESPRO	Ensino Social Profissionalizante
CCEA	Centro Cultural Escrava Anastácia
CIEE/SC	Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina
FUCAS	Fundação Casan
FPC	Fundação Pró-Cerrado
IDES	Irmandade do Divino Espírito Santo
NUFT	Núcleo de Formação e Trabalho
RENAPSI	Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1	Publicações nas revistas Qualis A do Serviço Social
QUADRO 2	Artigos relacionados a partir da palavra chave “educação profissional”
QUADRO 3	Combinações resultantes da conjunção entre “público” e o “privado”
QUADRO 4	Instituição I
QUADRO 5	Instituição II
QUADRO 6	Instituição III
QUADRO 7	Instituição IV
QUADRO 8	Instituição V
QUADRO 9	Instituição VI
QUADRO 10	Instituição VII
QUADRO 11	Instituição VIII
QUADRO 12	Resumo dos Decretos, Leis e modificações do processo de aprendizagem profissionais abordados ao longo do texto

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10-14
2 A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL NO BRASIL	15-35
2.1 Aspectos da aprendizagem profissional do Brasil Colônia ao Governo Desenvolvimentista	15-22
2.1.1 Do Império à Primeira República (século XIX)	17-18
2.1.2 Da Primeira República à Era Vargas (1889-1930)	18-19
2.1.3 Era Vargas (1930-1945).....	19-21
2.1.4 O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)	22
2.2 Aprendizagem profissional, da crise de 1970 à Constituição da “Lei do Menor Aprendiz”	22-35
2.2.1 Aspectos da crise de 1970.....	22-25
2.2.2 Aspectos dos pressupostos neoliberais da década de 1980.....	25-27
2.2.3 Aspectos da aprendizagem profissional do Estatuto da Criança e do Adolescente à “Lei do Menor Aprendiz”	27-35
3 APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E AS INICIATIVAS DO TERCEIRO SETOR....	
.....	36-63
3.1 Reestruturação produtiva e surgimento do Terceiro Setor	36-43
3.2 Educação Profissional e Organizações não Governamentais e sem fins lucrativos	
.....	43-53
3.3 Uma análise sobre os critérios da Lei de Aprendizagem e sua interlocução com as instituições sem fins lucrativos	53-63
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	64-66
REFERÊNCIAS	67-71

1 INTRODUÇÃO

A aprendizagem profissional dos jovens no Brasil não é um tema recente, acompanha a história do país desde o período Colonial, desenvolvendo-se ao longo das décadas. Os cursos oferecidos a este fim, aprendizagem profissional, possuíam como público alvo os jovens oriundos da classe trabalhadora, estando este aspecto presente ainda nos dias atuais, sendo reforçados pelas instituições sem fins lucrativos que ofertam tais cursos.

Os cursos de aprendizagem expandiram-se na década de 1940, quando foram criadas as instituições de Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial e do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial, destinadas respectivamente à qualificação da mão-de-obra para a indústria e para o comércio. Tais instituições continuam ofertando cursos até os dias de hoje. Além destas escolas privadas, outras instituições, como as escolas técnicas do governo federal e dos governos estaduais, também atuam oferecendo cursos com o objetivo de capacitar os jovens para que estes possam atender às exigências do mercado de trabalho.

É possível notar que ao longo da história do país, jovens sempre estiveram inseridos no mercado de trabalho antes de completarem a maior idade e tal característica implicou numa série de leis destinadas à proteção do trabalho desenvolvido por este público como, por exemplo, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), no qual são considerados como sujeitos em desenvolvimento.

Desta forma, o presente trabalho apresenta as leis de proteção ao trabalho de crianças e adolescentes e suas particularidades, apoiado num resgate histórico das principais intervenções do governo em prol da regulação dessas relações de trabalho, dando destaque para a discussão sobre a Lei nº 10.097/00, conhecida como Lei de Aprendizagem e a Lei nº 5.598/05, que regulamenta as condições de contratação dos jovens e de atuação do Terceiro Setor, neste âmbito.

Sendo assim, a discussão do tema será pautada pela análise das referidas Leis e a atuação do Terceiro Setor, uma vez que essas entidades foram reconhecidas e regulamentadas, como espaços que podem ofertar cursos de aprendizagem aos jovens. O objetivo geral do trabalho é realizar um resgate histórico sobre as leis que regulamentaram a aprendizagem profissional, no Brasil, desde o período colonial a fim de compreender a inserção dos jovens no mercado de trabalho.

O interesse pela temática está ancorado na experiência de estágio desenvolvida no Centro Cultural Escrava Anastácia, situado em Florianópolis/SC. O estágio foi realizado junto ao Programa Jovem Aprendiz da instituição, o qual oferece cursos de aprendizagem aos

adolescentes.

Ao participar do processo de seleção dos candidatos aos cursos, foi possível identificar algumas características do perfil dos estudantes: a maioria era de famílias pobres que viviam na periferia do município, aspecto que chamou a atenção, despertando o interesse em saber se esta era uma característica de regulamentação da lei. Outros aspectos que chamaram atenção, mas que não foram abordados neste trabalho, referem-se aos outros critérios adotados pela instituição, tais como a exclusão de adolescentes em cumprimento de medida socioeducativa e de adolescentes que vivem em abrigos.

Se, por um lado, tem-se a atuação dos Assistentes Sociais no campo das instituições sem fins lucrativos e que oferecem cursos de aprendizagem, por outro, há o Curso de Serviço Social, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), o qual não contempla em seu currículo, disciplina obrigatória que proporcione discussões sobre o campo da educação e da profissionalização de jovens, o que é relevante para a formação acadêmica.

Como metodologia utilizada para o desenvolvimento do presente trabalho, utilizou-se a pesquisa bibliográfica e documental, a partir da qual foi realizado, no mês de setembro de 2014, um levantamento acerca da produção do Serviço Social sobre o tema aprendizagem, sendo selecionadas como fontes de pesquisa as revistas que possuem o conceito Qualis A/CAPES¹, quais sejam: Katálysis; Serviço Social e Sociedade; Ser Social; e Textos & Contextos, sendo utilizadas as palavras-chave: Lei de Aprendizagem; Educação profissional; Ensino profissionalizante e Jovem Aprendiz. A partir do levantamento realizado, foi possível evidenciar a escassez da produção acadêmica sobre esta temática, nas revistas de referência da profissão.

¹ As Revistas Qualis A/CAPES do Serviço Social, foram consultadas nos respectivos sítios: Revista Katálysis (Em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1414-4980&lng=en&nrm=iso>. Acesso Disponível em: 29 set. 2014); Revista Serviço Social e Sociedade(Disponível em:<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-6628&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 29 set. 2014); Textos & Contextos(Disponível em:<<http://revistaseletronicas.pucrs.br/fass/ojs/index.php/fass/search/search>>. Acesso em 29 set. 2014) e Ser Social (Disponível em:<http://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/search/search>. Acesso em 29 set. 2014.)

Quadro 1 – Publicações nas revistas Qualis A do Serviço Social

Palavras-chave	Revista Katálysis A1	Revista Serviço Social e Sociedade A1	Textos & Contextos A2	Ser Social A2
Lei de Aprendizagem	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação
Educação profissional	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação	09 publicações	04 publicações
Ensino profissionalizante	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação
Jovem Aprendiz	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação	Nenhuma publicação

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Das palavras-chave utilizadas, apenas “Educação profissional” teve artigos relacionados, sendo estes encontrados nas revistas Textos & Contextos e Ser Social. Contudo, identifica-se que os artigos listados, em sua maioria, referem-se à formação profissional da categoria, ou seja, não discutem a questão da Educação Profissional dos Jovens, tema deste trabalho. O Quadro 2, evidencia esse caráter, como é possível observar a seguir:

Quadro 2 – Artigos relacionados a partir da palavra chave “educação profissional”

Palavra-chave: Educação Profissional	
Revista: Textos & Contextos	Revista: Ser Social
<p>FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. Educação permanente: um desafio para o Serviço Social.</p> <p>VERONEZE, Renato Tadeu. Agnes Heller: cotidiano e individualidade – uma experiência em sala de aula.</p> <p>WEIZENMANN, Márcia Salete Arruda; FAUSTINI, Martha Helena. Formação profissional em Serviço Social numa perspectiva educativo/crítica: mobilizando mediações político-pedagógicas em sala de aula.</p> <p>CARDOSO, Priscila; DAL PRÁ, Keli Regina. A intervenção profissional do assistente social no eixo de planejamento e gestão: uma discussão a partir da experiência na coordenação de um serviço de assistência social no âmbito da Proteção Social Básica.</p> <p>MARTINS, Eliana Bolorino. Implicações da ética profissional do assistente social no espaço educacional.</p> <p>LEWGOY, Alzira Maria Baptista; ARRUDA, Marina Patrício de. Da Escrita Linear à Escrita Digital: atravessamentos Profissionais.</p> <p>MOREIRA, Bernadete; PELLIZZARO, Inês. Educação em Saúde: um programa de extensão universitária.</p> <p>NUNES, Carina Ronise Martins; MACHADO Graziela Scheffer, BELLINI, Maria Isabel Barros. A Qualificação e a Contribuição do Processo de Trabalho dos Assistentes Sociais no Campo da Saúde Mental.</p> <p>PEREIRA, Tatiana Dahmer. Questão habitacional no território: sobre soluções para a acumulação na racionalidade burguesa.</p>	<p>RÊSES, Erlando Silva. Singularidade da Profissão de Professor e Proletarização do Trabalho Docente na Educação Básica.</p> <p>CRESS RJ. A experiência da Comissão de Educação do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro.</p> <p>CFESS. A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS.</p> <p>PEREIRA, Larissa Dahmer. Expansão dos cursos de Serviço Social na modalidade de EAD: direito à educação ou discriminação educacional?</p>

Fonte: Elaborado pela autora (2014)

Desta forma, evidencia-se que há uma invisibilidade sobre a temática dentro categoria profissional, motivo pelo qual este trabalho busca elencar alguns pontos que possam contribuir para essa discussão no seio da profissão.

A pesquisa é caracterizada por sua abordagem qualitativa, uma vez que “os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado

problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais” (RICHARDSON, 1999, p.80).

A autora Minayo (2000, p.22) entende que a metodologia é a integração entre o “caminho e o instrumental próprios de abordagem da realidade”, ou seja, a metodologia agrega tanto as concepções teóricas quanto as técnicas utilizadas para coletar e analisar os dados.

Sendo a abordagem do estudo qualitativa, como procedimento para compor o estudo, quais sejam: foi utilizada a pesquisa bibliográfica. Nesse sentido entende-se como pesquisa bibliográfica, todo o “referencial já tornado público em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, dissertações, teses, entre outros” (BEUREN, 2008, p.87).

Após realizar o levantamento da bibliografia disponível sobre o tema e identificar as leis que dispõem sobre a aprendizagem e a regulamentação do trabalho dos jovens, procedeu-se à análise dos mesmos, buscando dialogar com as mudanças estruturais dos momentos em que foram editadas. Bem como a discussão sobre os cursos de aprendizagem e as instituições promotoras que, neste caso, deu visibilidade às instituições sem fins lucrativos.

O trabalho está organizado em quatro seções, em que a primeira é a introdução, apresentando os conteúdos gerais do trabalho e a metodologia. A segunda seção aborda a aprendizagem de jovens no Brasil, bem como os aspectos que perpassaram essa temática nos diferentes períodos e governos. A terceira seção aborda a Aprendizagem Profissional e a relação desta com as iniciativas do Terceiro Setor, sendo o trabalho concluído com a quarta seção, as Considerações Finais.

2 A APRENDIZAGEM PROFISSIONAL NO BRASIL

Nesta seção serão abordados os principais aspectos da aprendizagem profissional, voltada aos jovens, no Brasil, perpassando os aspectos que a permearam desde o período do Brasil colonial até o exercício do governo desenvolvimentista, na década de 1960. Realizada esta contextualização, será problematizada a aprendizagem profissional em meio à crise econômica de 1970 e o processo de reestruturação produtiva do mundo do trabalho até a Promulgação da Constituição Federal de 1988.

Por fim, serão problematizados os Decretos, Leis e orientações que se desenvolveram para regularizar o processo de aprendizagem profissional, visto que com a CF/88 é inaugurada a condição de crianças e adolescentes enquanto sujeitos de direitos que necessitam de proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado.

2.1 Aspectos da aprendizagem profissional do Brasil Colônia ao Governo Desenvolvimentista

O termo “Aprendizagem” é alvo de discussões na área de conhecimento da educação, em especial da pedagogia. O escritor e pedagogo Paulo Freire é um autor reconhecido nacional e internacionalmente e, para este, a aprendizagem é entendida como um processo que transforma o sujeito a partir dos saberes trocados entre educando e educados, processo este que possibilitaria a constituição de sujeitos autônomos, emancipados e questionadores. Sendo assim, Freire (1996, p.26) destaca que “nas condições de verdadeira aprendizagem, os educando vão se transformando em reais sujeitos da construção e da reconstrução do saber ensinado, ao lado do educador, igualmente sujeito do processo”. Piaget, outro autor também referência no campo de estudos da pedagogia, alerta para o entendimento do conceito aprendizagem.

[...] a aprendizagem não se confunde necessariamente com o desenvolvimento, e que, mesmo da hipótese segundo a qual as estruturas lógicas não resultam da maturação de mecanismos inatos somente, o problema subsiste em estabelecer se sua formação se reduz a uma aprendizagem propriamente dita ou depende de processos de significação ultrapassando o quadro do que designamos habitualmente sob este nome. (PIAGET apud MATIN, 2007, p.12).

A aprendizagem pode ser entendida, de acordo com os autores citados, como um processo de troca de conhecimentos entre sujeitos, visto que o conhecimento dos seres humanos é construído socialmente e em interação uns com os outros. No entanto, essa interação na construção do processo de aprendizagem também é perpassada por processos de

assimilação e internalização, que assumem características distintas entre os sujeitos.

A Educação Profissional, por sua vez, é definida como “um curso planejado de modo a conduzir o aluno à habilitação profissional técnica de nível médio” (BRASIL, 2004a). Além disso, a educação profissional deve estar articulada com a realidade social.

Deve, pois, estar articulada às políticas de desenvolvimento econômico locais, regionais e nacional; às políticas de geração de emprego, trabalho e renda, juntamente com aquelas que tratam da formação e da inserção econômica e social da juventude. É a partir dessa perspectiva que as políticas públicas de educação profissional e tecnológica de jovens e adultos podem, efetivamente, superar o viés assistencialista e compensatório para promover a inclusão social. (BRASIL, 2004b, p.23)

Com relação aos processos de educação e aprendizagem, consta que no Período Colonial, os filhos dos colonizadores gozavam do acesso à educação com caráter mais intelectualizado, enquanto que a população escrava dedicava-se ao exercício de ofícios aprendidos no cotidiano laboral em que estava inserida. Sendo assim, cabe afirmar que os primeiros aprendizes de ofícios no Brasil foram os índios e os escravos e, posteriormente, as demais parcelas da população mais empobrecida. Assim, “habitou-se o povo de nossa terra a ver aquela forma de ensino como destinada somente a elementos das mais baixas categorias sociais” (FONSECA apud BRASIL, 2009).

Portanto, pode-se afirmar que a Educação Profissional, seguiu duas aplicações distintas, que nas palavras de Cordão apud SALES (2010, p.25), se traduz num dualismo que:

[...]é fruto de nossa herança colonial e escravista, que influenciou negativamente, de forma preconceituosa, as relações sociais entre as chamadas “elites condutoras” e os operários, em especial aqueles que executam trabalhos manuais. Essa visão de educação influenciou decisivamente a visão de educação profissional. [...] A formação profissional, no Brasil, sempre foi reservada, desde as suas origens, às classes menos favorecidas, àqueles que necessitavam engajar-se de imediato na força de trabalho, e que tinham pouco acesso à escolarização básica regular.

De acordo com Sales e Oliveira (2010), os trabalhos manuais eram menosprezados pela elite branca do período, sendo estes desempenhados pelos escravos e demais sujeitos. Os ofícios destinados ao artesanato, à indústria e manufatura se desenvolveram neste meio e pelas mãos de jovens pobres. Neste período, já existiam normas que regulavam os processos de aprendizagem artesanal, tais como o tempo de trabalho, número de aprendizes por mestre, remuneração, etc. Cabe indicar ainda que esse processo de aprendizagem de ofícios não ocorria no âmbito escolar, mas sim em ambientes que estivessem disponíveis, como a casa dos mestres e espaços públicos.

Neste sentido, nota-se que o espaço escolar não era concebido como um âmbito destinado à formação para o trabalho, ao contrário, como mencionado anteriormente, a educação intelectualizada, neste espaço, estava destinada à pequena parcela da população da elite, aos proprietários de terras e suas famílias.

Nos próximos subitens serão destacadas as ações desenvolvidas durante o período Imperial, da Primeira República, da Era Vargas e do Governo de Juscelino Kubitschek, no tocante à aprendizagem, enfatizando-se as instituições e leis referentes à temática.

2.1.1 Do Império à Primeira República (século XIX)

O sistema educacional e cultural expandiu-se no Brasil, com a chegada da Corte Portuguesa, havendo a fundação das primeiras bibliotecas, museus, cursos superiores, e outros. Sobre o assunto, Romanelli apud Sales (2010, p. 38-39), comenta que:

[...] o aspecto de maior relevância dessas iniciativas foi o fato de terem sido levadas a cabo, com o propósito exclusivo de proporcionar educação para uma elite aristocrática e nobre de que se compunha a Corte. A preocupação exclusiva com a criação de ensino superior e o abandono total em que ficaram os demais níveis do ensino demonstram claramente esse objetivo, com o que se acentuou uma tradição – que vinha da Colônia – a tradição da educação aristocrática.

Ainda no início do século XIX, instauraram-se bases para a instituição das unidades formadoras de artífices, destinada à aprendizagem de manufatura. Foi criada neste período a Academia de Belas Artes e os Liceus de Artes e Ofícios, estes últimos destinados especificamente à formação de sujeitos com capacidades para trabalhar nas indústrias.

De acordo com Fonseca apud Brasil (2009), os Liceus de Artes e Ofícios eram voltados para os sujeitos mais empobrecidos e institucionalizados, sendo que nas instituições acolhedoras “além do abrigo e do sustento que ofereciam, também havia ensino de ofícios para os infelizes de ambos os sexos”.

A massificação da educação popular, por meio do ensino de ofícios, imprimiu as intenções que perpassaram o período do Império à República. Sobre este aspecto, Cunha (2000, p.4) comenta que:

As iniciativas voltadas para o ensino de ofícios, tanto as do Estado quanto as de entidades privadas, eram legitimadas por ideologias que proclamavam ser a generalização desse tipo de ensino para trabalhadores livres, a condição de: a) imprimir neles a motivação para o trabalho; b) evitar o desenvolvimento de idéias contrárias à ordem política, que estava sendo contestada na Europa; c) propiciar a instalação de fábricas que se beneficiariam da existência de uma oferta de força de trabalho qualificada, motivada e ordeira; e d) favorecer os próprios trabalhadores, que passariam a receber salários mais

elevados. Esse foi o legado do Império à República no que se refere ao ensino de ofícios manufatureiros.

Percebe-se que a formação profissional esteve voltada para os sujeitos em situações precárias social e economicamente, pois havia imprimido no ideário elitizado, o desprestígio dos trabalhos manuais e do ensino profissional no Brasil Imperial.

2.1.2 Da Primeira República à Era Vargas (1889-1930)

Contudo, houve uma expansão dos processos de capacitação profissional compulsória, a qual, no período que compreendeu a chamada Primeira República (1889-1930), passou por uma das primeiras séries de medidas que incentivavam o ensino profissionalizante. Como exemplo deste incentivo, o Decreto nº 439/1890, estabeleceu as bases para a organização da assistência à infância desvalida, sendo:

Art. 1º A assistência á infancia desvalida na Capital Federal, por parte dos poderes publicos, será constituída em quanto o Governo não puder fundar outros estabelecimentos, pelas actuaes instituições - Casa de S. José e Asylo de Meninos Desvalidos, destinadas a receber, manter e educar menores desvalidos, do sexo masculino, desde a idade de 6 annos até aos 21. (BRASIL, 1890)

O Decreto nº 1.313/1891, por sua vez, estabeleceu as providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal, Rio de Janeiro. Era vedado o trabalho a crianças menores de 12 anos, salvo em condição de aprendizado e aos demais jovens dependendo da idade, era regularizado o trabalho com carga horária de sete a nove horas diária, resguardando-os apenas dos trabalhos que expusessem risco à vida (BRASIL, 1891).

Diante do crescimento populacional das cidades, foi criado o Decreto nº 7.566/1909, que previu a criação de Escolas de Aprendizes e Artífices, gratuitas, de ensino profissional e primário, nas Capitais do Estado (BRASIL, 1909).

Segundo Santos apud Sales(2010, p.32), as Escolas de Aprendizes e Artífices, eram caracterizadas por instalações precárias, falta de professores, entre outros problemas.

O ensino profissional, conforme Cunha apud Sales(2010, p.32) era evidenciado enquanto uma pedagogia preventiva, pois

[...] propiciaria o disciplinamento e a qualificação técnica das crianças e dos jovens cujo destino era “evidentemente” o trabalho manual, de modo a evitar que fossem seduzidos pelo pecado, pelos vícios, pelos crimes e pela subversão político-ideológica. Ademais, nas oficinas das escolas correcionais, o trabalho seria o remédio adequado para combater aqueles desvios, caso as crianças e os jovens já tivessem sido vítimas das influências nefastas das ruas.

Foram ainda criados, entre o final do séc. XIX e início do séc. XX, cursos noturnos e de aperfeiçoamento (1882); a Escola Profissional Masculina (1911); o Instituto Profissional (1892), antigo Asilo de Meninos Desvalidos(1890); Escolas Salesianas de iniciativa privada (1892).

O contexto econômico no Brasil (1889-1930) era caracterizado por um modelo econômico agroexportador (com ênfase na produção de café), por isso, havia no país muitas oligarquias rurais, fazendo-o “depende” do capital internacional.

No campo da profissionalização, há a criação do ensino profissional obrigatório nas escolas primárias que são auxiliadas ou mantidas pela União. Instituiu-se, por meio do Decreto nº 5.241/1927, que prevê, ainda nos currículos do ensino profissional, o ensino de desenho, trabalhos manuais ou rudimentos de artes e ofícios ou industriais agrários(BRASIL, 1927).

O ensino profissional começa a ganhar um novo contorno, a população para a qual o ensino se dedica expande-se, não se limitando mais aos mais pobres; acirrou-se a seleção dos candidatos ao ensino profissional, visto seu grande aumento. O ensino profissional na República, nas palavras de Cunha apud Sales (2010, p.34):

[...]Foi objeto de importantes iniciativas, das quais a maioria frutificou em instituições duradouras. Mudaram os quantitativos, os destinatários, os métodos de ensino e os produtos do ensino profissional no Brasil. [...] As poucas e acanhadas instituições dedicadas ao ensino compulsório de ofícios artesanais e manufatureiros cederam lugar a verdadeiras redes de escolas, por iniciativa de governos estaduais, do Governo Federal e até de particulares.

Todos esses avanços, no que tange à questão da profissionalização, estavam atrelados ao projeto de intensa industrialização, iniciado e intensificado na década de 1930e nas subsequentes, no Brasil, sendo os adolescentes chamados a suprir as necessidades produtivas do sistema capitalista que estava por se desenvolver.

2.1.3 Era Vargas (1930-1945)

Com o intuito de supervisionar as Escolas de Aprendizes Artífices, até então ligadas ao Ministério da Agricultura, criou-se em 1930 o Ministério da Educação e Saúde Pública, órgão que se incumbiu de supervisionar as unidades. Anos mais tarde, em 1934, torna-se a Superintendência do Ensino Profissional, sendo esse período marcado por uma política de expansão de escolas industriais.

É com a Constituição de 1937, por meio do artigo 129, que o ensino técnico e

profissionalizante, será tratado especificamente. Ainda que em sua definição este se destine a uma política de capacitação das classes menos favorecidas, firma também o compromisso do Estado:

O ensino pré-vocacional e profissional destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. Cumprir a execução a esse dever, fundando institutos de ensino profissional e subsidiando os de iniciativa dos Estados, dos Municípios e dos indivíduos ou associações particulares e profissionais.

É dever das indústrias e dos sindicatos econômicos criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. A lei regulará o cumprimento desse dever e os poderes que caberão ao Estado sobre essas escolas, bem como os auxílios, facilidades e subsídios a lhes serem concedidos pelo poder público. (BRASIL, 1937).

Ainda em 1937, as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Liceus Profissionais, que tinham como função a formação de todos os graus e ramos de atividade. Posteriormente, em 1942, por meio do Decreto nº 4.127/42, essas escolas e liceus deram lugar às Escolas Industriais e Técnicas.

Em 1942, instituiu-se, por meio do Decreto-Lei 5.091/1942, o conceito de Aprendiz para os efeitos da legislação de ensino, sendo descrito pelo Art. 1º que “Para os efeitos da legislação do ensino, considera-se aprendiz o trabalhador menor de dezoito anos e maior de quatorze anos, sujeito à formação profissional metódica do ofício em que se exerça o seu trabalho” (BRASIL, 1942).

No ano seguinte, já estava em vigor a Lei de Aprendizagem e a Consolidação das Leis Trabalhistas que, em seu Art. 429, tornou obrigatório para as indústrias a contratação de aprendizes e suas matrículas em Cursos de Aprendizagem (BRASIL, 1943). Esta Lei, em 1946, expande sua abrangência também para o setor comercial, por meio do Decreto-Lei nº 8.622/1946.

Algumas foram as legislações que pretendiam renovar o Sistema Nacional de Educação. Dentre elas, pode-se destacar: a) Decreto-lei nº. 4.073/1942, que organizou o ensino industrial; b) Decreto-lei nº. 6.141/1943 - Lei Orgânica do Ensino Comercial, que estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino comercial; c) Decreto-lei nº. 9.613/1946 - Lei Orgânica do Ensino Agrícola, a qual estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino agrícola. (BRASIL, 1942; 1943; 1946). Os Cursos de Aprendizagem, nesse período e até os dias atuais, foram oferecidos pelo SENAC² e pelo SENAI³, que hoje

²O Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC) é, desde sua criação, em 1946, o principal agente da educação profissional voltado para o Setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo.

compõe junto a outras instituições o Sistema S⁴. Sobre o Ensino profissional, Santos apud Sales (2010, p.34), assevera:

[...] são orientadas políticas no campo da educação com o objetivo de atender às demandas do processo de industrialização e do crescimento vertiginoso da população urbana, começando pela criação do Ministério da Educação e da Saúde em 1930, quando se inicia uma autêntica reestruturação no sistema educacional brasileiro, notadamente no âmbito do ensino profissional, que, ao instituir a Inspeção do Ensino Profissional Técnico, ampliou os espaços de consolidação da estrutura do ensino profissional no Brasil.

Mais de 55 milhões de atendimentos já foram prestados pelo SENAC. A Instituição oferece toda a sua experiência a trabalhadores e empresários, com programações presenciais e a distância, de norte a sul do Brasil.

São milhares de programações, em centenas de ambientes educacionais de ponta e especializados, como as empresas pedagógicas e as unidades móveis, espalhados em mais de 4 mil municípios, em todos os estados do país e no Distrito Federal.

Além disso, ações como o Programa SENAC de Gratuidade, o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), do Governo Federal, e tantas outras permitem que o Senac escreva um capítulo particular na história educacional do nosso país, contribuindo com oportunidades e excelência para o desenvolvimento do trabalhador brasileiro. (Disponível em: <<http://www.senac.br/institucional/senac.aspx>>. Acesso em: 20 setembro 2014.)

³ O SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial, criado em 1942, por iniciativa do empresariado do setor industrial, o SENAI é o maior complexo de educação profissional e tecnológica da América Latina, qualificando mais de 2,3 milhões de trabalhadores brasileiros a cada ano. Também apoia empresas em 28 áreas industriais, por meio da formação de recursos humanos e da prestação de serviços técnicos e tecnológicos, como consultoria e assistência ao setor produtivo, laboratoriais, pesquisa aplicada e informação tecnológica. Parte integrante do Sistema Indústria – formado ainda pela CNI, Sesi e IEL –, o SENAI possui um Departamento Nacional e 27 Departamentos Regionais, com unidades operacionais instaladas nos 26 Estados e no Distrito Federal. Elas levam seus programas, projetos e atividades a todo o território nacional, oferecendo atendimento às diferentes necessidades locais e contribuindo para o fortalecimento da indústria e o desenvolvimento pleno e sustentável do País. (Disponível em: < http://www.senai.br/portal/br/institucional/snai_oq.aspx>. Acesso em: 20 setembro 2014.)

⁴O Sistema S é a estrutura educacional mantida pelo setor industrial do Brasil e com uma rede de escolas, laboratórios e centros tecnológicos espalhados por todo o território nacional. Também há ofertas de cursos pagos, geralmente com preços mais acessíveis do que oferecidos por instituições particulares de ensino. O Sistema, que conta com 11 instituições, sendo: o Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas); [SENAI](#) (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), [SESI](#) (Serviço Social da Indústria) e [IEL](#) (Instituto Euvaldo Lodi), que subordinadas à Confederação Nacional da Indústria. E o [SENAC](#) (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial); [SESC](#) (Serviço Social do Comércio); [SENAR](#) (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural); [SENAT](#) (Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes); [SEST](#) (Serviço Social de Transportes) e [SESCOOP](#) (Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo). (Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/educacao/2012/02/sistema-s-e-estrutura-educacional-mantida-pela-industria>>. Acesso em: 20 set. 2014.)

2.1.4 O governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961)

Na década de 1950, com o Governo de Juscelino Kubitschek, foi acelerado o processo de industrialização, estando o SENAI presente em quase todo território nacional, tornando-se referência no setor de inovação e qualidade na área de formação profissional. Uma década mais tarde, a instituição passou a investir em cursos sistemáticos de formação, fortalecendo o treinamento dentro das empresas. O desenvolvimento dessas ações contou com a parceria do Ministério da Educação e do Trabalho e do Banco Nacional de Habitação.

É ainda estabelecida, por meio da Lei nº 5.592/71, a obrigatoriedade de habilitação profissional de nível médio. Com isso, foi impresso ao ensino profissionalizante o caráter meritocrático e academicista, transformando assim a lógica de divisão da educação (de um lado o ensino superior e secundário para as elites e de outro a profissionalização para os mais pobres).

Os esforços para provocar impacto no crescimento econômico traçado pelo plano desenvolvimentista do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961), evidencia a estreita relação entre Estado e economia, apresentando a indústria automobilística como o grande ícone do desenvolvimento da época.

Neste período, foram destinados recursos para a educação, especialmente a educação profissionalizante que contribuiria para o alcance das expectativas traçadas pelo plano de desenvolvimento. As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em Escolas Técnicas Federais que, sendo autarquias, dispunham de autonomia para gerir os cursos oferecidos da maneira que melhor atendesse ao interesse da região em que estava.

Os subitens a seguir, visam dar visibilidade às alterações do mundo do trabalho decorridas da crise de 1970 e do desenvolvimento dos pressupostos neoliberais da década seguinte, os quais impactaram nas leis de regulamentação do trabalho dos jovens e consequentemente da aprendizagem.

2.2 Aprendizagem profissional, da crise de 1970 à Constituição da “Lei do Menor Aprendiz”

2.2.1 Aspectos da crise de 1970

A década de 1970 é caracterizada pela crise estrutural do sistema capitalista, que atinge primeiramente os países centrais. As causas desta crise são decorrentes das crises cíclicas de

superprodução e superacumulação⁵. É diante deste contexto de crise, que o Capital buscou se reestruturar, utilizando-se da implantação e consolidação de um novo regime, o qual deveria propiciar a retomada da acumulação capitalista.

A reestruturação abordada foi inserida através do modelo de acumulação pautado na Globalização do Capital⁶ que se contrapôs ao modelo taylorista/fordista⁷, criando por meio de diversas manobras, novos pilares para o enfrentamento da crise do Capital.

De acordo com Anderson (1995), o neoliberalismo é uma corrente de pensamento que surge na década de 1945, período do segundopós-guerra mundial nos Estados Unidos e na Europa Ocidental, momento que revela alterações nas relações sociais, políticas, econômicas, culturais e também, transformações tecnológicas. Todo esse aglomerado de modificações está em oposição à intervenção do Estado de bem-estar social, considerando-se que o neoliberalismo e as ideias neoliberais⁸ têm como princípio a limitação da intervenção estatal na esfera da economia.

No mundo do trabalho, o neoliberalismo, além de consolidar novas práticas de controle do trabalho, impulsiona a rotinização e mecanização das tarefas, bem como o aumento da produção e do consumo das massas. Desta forma, nota-se que as referidas mudanças impuseram aos trabalhadores novos padrões de produção, sendo estes cada vez

⁵ Segundo Montañó (2002, p.24) “Temos aqui uma *lei geral* da acumulação capitalista que, considera a longo prazo, intercalada períodos de crescimento acelerado, seguidos de fases de crescimento desacelerado, convulsões e estagnação, derivando em *crises econômicas generalizadas e cumulativas* (cf. Marx, 1980: 504-5). Dessa forma, “a vida da indústria se converte numa *sequência de períodos de atividade moderna, prosperidade, superprodução, crise e estagnação*” (idem: 518). Surgem assim as cíclicas *crises de superprodução e superacumulação* (cf. MANDEL, 1982)”.

⁶ De acordo com Duarte (2003, p.124) “o modelo de Acumulação capitalista desenvolvido para responder a crise de 70, foi a Globalização do Capital realizada através da integração dos mercados financeiros mundiais, que se organizam em blocos econômicos, formando as chamadas Transnacionais. Com essa manobra, houve uma intensificação da fragmentação na escala da produção, que se fundamentou no padrão tecnológico, com isso acirrou-se a precarização do trabalho, o desemprego estrutural, as expressões da questão social, entre outros pontos”.

⁷ Antunes (2006, p.37) “Esse padrão produtivo estruturou-se com base no trabalho parcelar e fragmentado, na decomposição das tarefas, que reduzia a ação operária a um conjunto repetitivo de atividades, cujo a somatória resultava no trabalho coletivo [...] Esse processo produtivo caracterizou-se, portanto, pela mescla da produção em série fordista com o cronômetro taylorista, além da vigência de uma separação nítida entre elaboração e execução.

⁸ “Com a crise de 70, as idéias neoliberais preconizaram a desarticulação do poder dos sindicatos, como condição de viabilizar o rebaixamento salarial, aumentar a competitividade dos trabalhadores e impor a política de ajuste monetário. Essas medidas têm por fim atingir o poder dos sindicatos possibilitará a ampliação da ‘taxa natural’ de desemprego, implantar uma política de estabilidade monetária e uma reforma fiscal que reduza os impostos sobre as altas rendas e favoreça a elevação das taxas de juros, preservando os rendimentos do capital financeiro”. (IAMAMOTO, 2008, P.141)

mais flexíveis, a fim de atender melhor aos interesses do Capital.

No Brasil, durante o período em que a referida crise atingia os países centrais, vivia-se um momento de grande crescimento econômico (1968-1973), o qual ficou conhecido como “milagre econômico brasileiro”, que foi baseado na intensa produção de bens de consumo duráveis. Neste momento de crise internacional, o contexto brasileiro mostrava-se adverso ao contexto dos países centrais, porque, justamente, vivia-se um contexto de grande crescimento econômico. Desta forma, Silva (1977, p.43) afirma que “durante esse período, a intervenção do Estado na sociedade voltava-se, prioritariamente, para garantir uma maior acumulação do capital. Prova disso foi o grande crescimento econômico observado a partir de então.”

Na América Latina, os efeitos da crise bem como o desenvolvimento da corrente neoliberal começaram a se difundir na década de 1980. O Brasil, assim como os demais países latinos, é chamado pelos países centrais a se integrar/ajustar à nova economia globalizada que vinha se consolidando. Para isso, foi proposta aos países chamados de periféricos, uma série de orientações formuladas pelo polo hegemônico, para que os países em desenvolvimento pudessem seguir e assim se inserissem na nova dinâmica de produção (MONTAÑO, 2002).

Foi acordado pelos países em desenvolvimento, o cumprimento de várias diretrizes estabelecidas no chamado Consenso Washington. Dentre estas, pode-se citar o processo de estabilização e de reforma do Estado, bem como a retomada do investimento do capital estrangeiro. Assim, essas medidas adotadas subordinaram o setor político em detrimento do econômico em nome da suposta “modernização”.

Retomando o debate sobre os impactos da crise financeira na esfera do trabalho, torna-se necessário um novo perfil de profissional que seja capaz de atender às demandas do novo sistema de produção. Há, neste sentido, o declínio do processo de produção em séries, baseado no fordismo⁹, visto que o mercado passa a exigir novas características dos trabalhadores, com vistas a atender às necessidades do novo modelo de produção preconizado. Nesse sentido, Antunes (2005, p.24), destaca que:

[...] novos processos de trabalho emergiram onde o cronômetro e a produção em série e de massa são substituídos pela flexibilização da produção, pela especialização flexível, por novos padrões de busca de produtividade, por novas formas de adequação da produção à lógica do mercado.

Ou seja, “o toyotismo penetra, mescla ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado” impactando diretamente nas relações

⁹ Segundo Antunes (2005;2006), o fordismo é a produção em série e de massa.

de trabalho¹⁰ (ANTUNES, 2005, p.16).

2.2.2 Aspectos dos pressupostos neoliberais da década de 1980

É no cenário da década de 1980 que se desenvolvem os pressupostos neoliberais, nos quais Iamamoto (2012) destaca a emergente necessidade de criação de novos mercados que, por sua vez, aumentam a concorrência capitalista que influencia e determina diretamente as modificações nos padrões de produção, como destacado anteriormente.

Essa reforma estrutural neoliberal, causada pela crise capitalista, traz como consequência a explosão da Questão Social¹¹ e suas expressões. No mundo do trabalho, essas implicações podem ser definidas como: a precarização das relações de trabalho, o aumento do desemprego e do trabalho informal, entre outras implicações.

Contraditoriamente, ao passo que se aumenta o desemprego, a população mais jovem é incentivada a compor os programas de aprendizagem, sob o discurso de inclusão da população à margem. No entanto, mesmo considerando a necessidade de formação de um novo perfil profissional, destacado pelos setores produtivos, também é possível questionar quais os interesses que permeiam essas iniciativas. Se por um lado os jovens possuem os direitos trabalhistas garantidos, por outro o contrato firmado entre as partes é definido com especificidades, sendo uma delas a temporalidade, ou seja, é definido um tempo determinado de contrato.

No decorrer da década de 1980, período que compreendeu os primeiros passos da transição do Estado Autoritário ao Estado de Democrático de Direito, houve fatores que possibilitaram tal transição, como as dificuldades de organização interna e de legitimação da política ditatorial que vinham sofrendo com os processos inflacionários e a elevação das taxas de pobreza e outros problemas do âmbito social, as quais acabaram por colocar em cheque a credibilidade que outrora haviam adquirido.

Neste campo, havia projetos antagônicos em disputa, pois, se por um lado os governos

¹⁰ Segundo Antunes (2005, 16) essa reconfiguração no mundo do trabalho impacta nos direitos do trabalho, pois “estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase”.

¹¹ A questão social não é senão as expressões do processo da formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão. (CARVALHO; IAMAMOTO, 2000, p.77).

esforçavam-se para cumprir as determinações acordadas no Consenso de Washington – que tinha como uma das principais diretrizes a diminuição dos gastos com políticas sociais – por outro, havia a necessidade de responder às expressões da Questão Social em efervescência, devido à depressão da economia brasileira que pressionava o governo, à abertura democrática e à ampliação dos direitos sociais, bem como à intervenção do Estado neste campo.

As “Diretas Já”, foi uma das maiores manifestações dos movimentos sociais e das ruas que expressaram a aversão da população ao governo militar, impulsionando e legitimando a “Abertura Política”, ainda que negociada entre militares e oposição. Esta transição para a redemocratização é apontada por Coutinho (1992, p.52-53), como uma “transição fraca”, realizada de maneira negociada na qual havia a “combinação de processos ‘pelo alto’ e de processos provenientes ‘de baixo’”. Nesse sentido, Coutinho afirma que, nessa transição, predominaram as forças ‘do alto’ que “[...] implicava certamente uma ruptura com a ditadura implantada em 1964, mas não com os traços autoritários e excludentes que caracterizam aquele modo tradicional de se fazer política no Brasil” (COUTINHO, 1992, p.53).

No embalo dos processos de luta pela abertura política, em 05 de outubro de 1988, é aprovada a 7ª Constituição Brasileira, podendo ser esta considerada um dos maiores símbolos desse processo de transição, pois expressa, em especial no preâmbulo da CF/88¹², os anseios da população e dos movimentos sociais do momento histórico. A Constituição de 1988 ficou popularmente conhecida como “*Constituição cidadã*”, devido ao reconhecimento dos avanços da organização da participação popular, que se fez presente durante os procedimentos decisórios (ROCHA, 2008).

No que tange à regulamentação do trabalho desenvolvido por sujeitos menores de idade, é possível observar por parte do Estado uma preocupação sobre esta pauta, pois: mesmo a Consolidação das Leis Trabalhistas de 1º de maio 1943, decretada por meio do Decreto-Lei Nº 5.452, haver dedicado o Capítulo IV, dos artigos 402 ao 441, para dispor sobre a Proteção do Trabalho do menor, a Constituição Federal de 1988 também atentou em seu artigo 7º, inciso XXXIII para a questão da idade mínima para o trabalho, estabelecendo que é considerado menor trabalhador o adolescente de 16 (dezesseis) a 18 (dezoito) anos de idade. Ainda sobre esse aspecto, a CF/88, em seu capítulo VII, que trata da família, da

¹²Nós, representantes do povo brasileiro, reunidos em Assembleia Nacional Constituinte para instituir um Estado Democrático, destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias, promulgamos, sob a proteção de Deus, a seguinte Constituição da República Federativa do Brasil (BRASIL, 1988).

criança, do adolescente e do idoso, enfatiza o dever da profissionalização:

Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Essas orientações de proteção ao trabalho dos menores de idade somam-se ainda às preconizadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente de 1990 (ECA/Lei nº8.069/90), no capítulo V, que dispõe sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.

Esse montante de legislações, juntamente com a CLT, a CF/88 e o ECA somam-se às posteriores leis e decretos, evidenciando a preocupação em bases legais dirigidas a garantir o direito à educação e à profissionalização dos jovens. Além disso, também se visualiza o incentivo à inserção destes em programas de aprendizagem do menor, oferecidas por entidades públicas e privadas de formação técnico-profissional.

Para uma melhor compreensão do que regulariza essas condições de trabalho e aprendizagem, serão abordados nos subitens posteriores as principais diretrizes presentes no ECA, bem como o caráter das instituições que tem oferecido esses cursos profissionalizantes, até chegar à constituição da Lei do Jovem Aprendiz de 2005.

2.2.3 Aspectos da aprendizagem profissional do Estatuto da Criança e do Adolescente à “Lei do Menor Aprendiz”

Nas décadas de 1970 e 1980, segundo Del Priori (1991), o Brasil vivia uma grande efervescência social, devido ao fechamento político imposto pela ditadura, que perdurou até meados dos anos 1980, sendo este período marcado por um processo de lutas pela abertura política, como mencionado anteriormente.

A conjuntura destas décadas foi permeada por dezenas de mobilizações realizadas pela população e os movimentos sociais, cabendo destacar, o desenvolvimento de um movimento específico, voltado para a infância e juventude. As reivindicações trazidas por este movimento se traduziram posteriormente na conquista de direitos para esta população; na incorporação da cidadania infanto-juvenil na Constituição de 1988 e, posteriormente, na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), que foi instituído pela Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. É relevante frisar que não se tratava de uma infância e juventude desamparadas totalmente, mas sim, compreendidas e tratadas por outro viés, como destaca Martins (2004):

O ECA revogou o Código de Menores que teve vigência até 1989, superando

toda uma política repressiva e de caráter assistencialista chamada de "Doutrina Jurídica do Menor em situação irregular", que, a partir de uma óptica exclusivamente jurídica, era incapaz de dar conta da realidade como um todo e de acompanhar o complexo movimento social(p.63).

Essas mudanças trouxeram às crianças e adolescentes uma nova condição de existência na sociedade, pois foi reconhecida a sua condição de titulares de direitos. Instalou-se a Doutrina de Proteção Integral, afirmando o valor intrínseco da criança e do adolescente como ser humano. A necessidade de especial respeito à sua condição de pessoa em desenvolvimento, o valor prospectivo da infância e adolescência como portadoras de continuidade do seu povo e o reconhecimento da sua situação de vulnerabilidade, fatores que justificaram o fato das crianças e adolescentes tornarem-se sujeitos de direitos quanto à proteção integral por parte da família, da sociedade e do Estado; devendo este último atuar mediante políticas públicas e sociais na promoção e defesa dos direitos concernentes ao grupo referência. Neste sentido, nota-se que:

Crianças e adolescentes foram inseridos em um processo sócio-político de trabalho precoce, futuro subalterno, controle político, disciplina e obediência vigiada, quadro que, ao olhar de hoje, mostra-se completamente inadequado para o desenvolvimento de crianças e adolescentes saudáveis. Somente no século XX a “doutrina da proteção integral” formulou uma resposta a esses problemas, conferindo um lugar mais efetivo para crianças e adolescentes nas relações de cidadania. (FALEIROS, FALEIROS, 2008, p.25)

Nessa perspectiva de reconhecimento dos direitos da população em tela, destaca-se primeiramente o Art.53 do Capítulo IV do ECA, que trata “Do direito à educação, à cultura, ao esporte”, o qual confere às crianças e adolescentes o direito à educação, atrelada a um processo que compreenda o seu desenvolvimento enquanto pessoa e cidadã, estando intrínseco neste processo a garantia de qualificação para o trabalho. Essa qualificação também aparece como parte integrante do processo de desenvolvimento dos cidadãos.

O Capítulo V do Estatuto da Criança e do Adolescente, por sua vez, trata exclusivamente “Do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho”, estabelecendo uma série de orientações para as ações voltadas à profissionalização e ao trabalho. Acerca do direito à profissionalização e à proteção ao trabalho, o Art.69, define:

Art. 69 - O adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observados os seguintes aspectos, entre outros:

- I - respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento;
 - II - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.
- (BRASIL, 1990)

Dentre as normas, está proibido, conforme o Art.60, qualquer trabalho aos menores de quatorze anos, salvo na condição de aprendiz em que a Lei determina por meio do Art.64 o

pagamento de bolsa de aprendizagem¹³. Já ao adolescente maior de 14 anos, considerado como aprendiz, é obrigatório o pagamento de todos os direitos trabalhistas e previdenciários, como dispõe o Art.65 do ECA. O adolescente com deficiência tem assegurado o trabalho protegido, nos termos do Art.66/ECA.

No que tange à formação técnico-profissional, prevista pelo Art. 62/ECA, o Estatuto considera como aprendizagem as diretrizes e bases expressas pela legislação de educação em vigor e estabelece por meio do Art.63/ECA, princípios para a formação técnico-profissional:

- I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
 - II - atividade compatível com o desenvolvimento do adolescente;
 - III - horário especial para o exercício das atividades.
- (BRASIL, 1990).

São vedados aos aprendizes e entidades empregadoras, pelo Art.67/ECA, quaisquer trabalhos que sejam realizados entre as 22 horas de um dia e às 05 horas do dia seguinte, bem como trabalhos perigosos, insalubres ou penosos, ou ainda, em locais que prejudiquem seu desenvolvimento integral ou que não permitam a frequência escolar.

O Estatuto da Criança e do Adolescente define, nos incisos 1º e 2º do Art.68, a compreensão sobre trabalho educativo:

- § 1º - Entende-se por trabalho educativo a atividade laboral em que as exigências pedagógicas relativas ao desenvolvimento pessoal e social do educando prevalecem sobre o aspecto produtivo.
- § 2º - A remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho não desfigura o caráter educativo.

O Estatuto prevê que é de responsabilidade do contratante, assegurar ao aprendiz condições para que o mesmo possa inserir-se em atividades que condicionem sua capacitação para o exercício da atividade.

Percebe-se que as condições expostas acima caminham em consonância com as normas descritas na Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) e na Constituição Federal de 1988. Cabe aqui uma ressalva no que diz respeito ao trabalho de menores de quatorze anos e maiores de dezesseis anos, pois, após a Emenda Constitucional nº20/1998, foi alterada a redação do Art.7º (inciso XXXIII), permitindo a estes adolescentes apenas o trabalho na condição de aprendiz.

O incentivo à aprendizagem e à inserção dos jovens no mercado de trabalho, tem sido

¹³ O Estatuto da Criança e do Adolescente preconiza, por meio do Art. 64 que “Ao adolescente até quatorze anos de idade é assegurada bolsa de aprendizagem”. (BRASIL, 1990). Contudo a referida lei, não especifica maiores informações sobre o aspecto da bolsa. Contudo, a Lei 10.097/00, Lei de Aprendizagem, define no Art. 428, artigo 2º, que “ao menor aprendiz, salvo condição mais favorável, será garantido o salário mínimo hora”, sendo esta a única menção sobre esse aspecto (BRASIL, 2000).

alvo de inúmeras políticas que buscam a promoção da inserção desta parcela da população no meio. Essas ações podem ser entendidas pelas transformações ocorridas na esfera da produção, pelo contexto de reestruturação produtiva, pela emergência de um novo modelo de economia que exigiu a necessidade de um novo perfil de trabalhador, alterando assim as relações de trabalho. Neste sentido, Pochmann (2000), explica que:

Apesar de ser uma sociedade multirracial, o Brasil, convive com elevadas desigualdades regional, socioeconômica, sexual, etária e de cor. O funcionamento do mercado de trabalho é desfavorável ao jovem. Diante da constante presença de um excedente de mão-de-obra no mercado, o jovem encontra as piores condições de competição em relação aos adultos, tendo de assumir funções, na maioria das vezes, de qualidade inferior na estrutura das empresas (p.31).

Esse incentivo à profissionalização e à aprendizagem, apesar de haver ganhado força desde a década de 1940 com a criação do Sistema “S”, posteriormente expandido, não conseguiu em medida responder aos anseios da população alvo, sendo ainda na década de 1990 perpassado pela crise de emprego.

De um lado, a estrutura social do país, movida por enorme desigualdade econômica e marcada pelos indicadores de pobreza, analfabetismo e violência, transforma-se numa das fontes principais do enfraquecimento das expectativas de sucesso dos jovens do Brasil. De outro lado, o caminho seguido pela economia nacional tem colocado mais dificuldades que facilidades ao conjunto dos jovens brasileiros, mesmos para os mais ricos. (POCHMANN, 2000, p.06).

De acordo com Matsuzaki (2011), em resposta à crise do emprego, o governo adotou uma série de medidas, criando em 1995 o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador (PLANFOR), que foi desenvolvido por meio de Planos Estaduais de Qualificação e de Parcerias Nacionais e Regionais, que englobaram sindicatos, organizações governamentais e não governamentais nas ações que se propunham à qualificação de jovens entre 15 e 24 anos.

O Plano (PLANAFOR) intensificou ainda suas ações, por meio da criação de programas como o “Primeiro Emprego”¹⁴ o “Serviço Civil Comunitário”¹⁵, a criação de parcerias com o Comunidade Solidária que promoveu programas de capacitação solidária¹⁶ e

¹⁴ De acordo com Matsuzaki (2001, p. 43), o Programa Primeiro Emprego é “um conjunto de programas que contempla desenvolvimento de habilidades básicas, específicas e de gestão, com foco em oportunidades locais de trabalho e geração de renda [...]”.

¹⁵ Este serviço de acordo com Matsuzaki (2001, p. 43-44), “[...]oferece formação para a cidadania, prestação de serviços comunitários e elevação da escolaridade a rapazes e moças de 18 anos [...]”.

¹⁶ A capacitação solidária, foi “implementado mediante concursos de projetos que garantam qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho para jovens em situação de pobreza crítica, vivendo em capitais e áreas metropolitanas; tem recursos de diversas fontes, sendo o

Supletivo profissionalizante¹⁷. Por último, houve a criação do Telecurso 2000¹⁸.

Em 2003, o PLANFOR, segundo (MATSUZAKI, 2011, p. 45) “sofreu duras críticas sobre desvios na distribuição de recursos do FAT, fiscalização deficiente dos convênios celebrados e da falta de sistematização da carga horária dos cursos de qualificação”, sendo substituído pelo Plano Nacional de Qualificação (PNQ).

Ainda no campo que tange à questão da profissionalização e encaminhamento para o mercado de trabalho, cabe citar outros projetos posteriores à Lei do Jovem Aprendiz, tais como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM), destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional, sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano (BRASIL, 2008). Percebe-se que este programa é criado para a reinserção dos jovens que abandonaram a formação educacional, sendo necessária a proposição de ações que qualifiquem estes sujeitos, para que assim possam pleitear melhores postos de trabalho.

Em 2013, foi criado, por meio da Lei nº 12.852 de 05 de agosto de 2013, o Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE), que institui o Estatuto da Juventude, sendo considerados jovens as pessoas com idade entre 15 (quinze) e 29 (vinte e nove) anos de idade, dispondo na seção III, o Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda (BRASIL, 2013).

Nota-se que os incentivos à profissionalização e ao trabalho, tem se deslocado da população com idade de 14 a 24 anos, expandindo-se aos jovens até 29 anos, como observado na instituição do PROJOVEM e do SINAJUVE, aumentando assim o público alvo desses programas de profissionalização.

Como assinalado anteriormente, a aprendizagem é entendida como um dos processos que compõe o processo de profissionalização. A aprendizagem é alvo de leis de regulamentação e projetos de incentivo, desde a Consolidação das Leis Trabalhistas (1943), sendo esse aspecto considerado também na Constituição Federal de 1988 e o no Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

FAT/PLANFOR uma das principais.” (MATSUZAKI, 2011, p.44).

¹⁷ A capacitação solidária, foi “implementado mediante concursos de projetos que garantam qualificação profissional e encaminhamento ao mercado de trabalho para jovens em situação de pobreza crítica, vivendo em capitais e áreas metropolitanas; tem recursos de diversas fontes, sendo o FAT/PLANFOR uma das principais.” (MATSUZAKI, 2011, p.44).

¹⁸ O Telecurso 2000, foi uma “parceria com o FIESC/ Fundação Roberto Marinho, contempla a instalação de 3 mil telessalas na Região Amazônica, Estados do Rio de Janeiro e São Paulo, para realização de ensino supletivo de 1º grau e adaptação do currículo do 2º grau. Metade do público alvo está na faixa de 15-24 anos de idade.” (MATSUZAKI, 2011, p.44).

A regulamentação da Aprendizagem enquanto Lei é estabelecida, inicialmente, pela Lei nº 10.097 de 19 de dezembro de 2000, que dispôs sobre os dispositivos da CLT, alterando os que tratam da aprendizagem dos adolescentes. A Lei nº 10.097/2000, também conhecida como Lei de Aprendizagem, proíbe o trabalho para menores de quatorze anos, dispõe sobre o contrato de aprendizagem, sobre os Serviços Nacionais de Aprendizagem, da contratação e do contrato de aprendizes e a carga horária dos aprendizes.

Em 1º de dezembro de 2005, a Lei de Aprendizagem é “modernizada” por meio do Decreto nº 5.598, que regulamenta a denominada “Lei do Jovem Aprendiz”. A categoria aprendiz é definida no Capítulo I, pelo Art. 2º, que define:

Art.2º Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do Art. 428 da Constituição das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único. A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência (BRASIL, 2000).

A limitação da idade mínima para o ingresso no mercado de trabalho, apesar de já ter sido prevista na CF/88 e nos artigos 402/403 da CLT, é aumentada de 14 para 16 anos, sendo assegurado o trabalho na condição de aprendiz a partir de 14 anos.

O contrato de aprendizagem tem centralidade nas condições de contratação dos aprendizes, sendo este definido como:

Art. 3º Contrato de Aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (BRASIL, 2005).

Ao aprendiz são assegurados todos os direitos trabalhistas e previdenciários, porém, para além dessas exigências são colocadas outras condições, como o registro da matrícula e a frequência escolar para a validação do contrato, que tem tempo determinado de no máximo 02 anos, como prescrito no artigo acima. Todos os adolescentes e jovens tem, portanto, o direito a serem contratados na qualidade de aprendiz, desde que estejam cursando o ensino fundamental ou médio.

É definida pela Lei 5.598 no Art.6º, que à formação técnico-profissional metódica, correspondem “as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho”, sendo complementada pelo parágrafo único “o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob orientação e responsabilidade de entidades qualificadoras

em formação técnico-profissional metódica definidas no Art.8º deste Decreto” (BRASIL, 2005). Cabe ainda assinalar que as atividades de aprendizagem não devem ultrapassar 06 horas diárias.

São consideradas entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica, as instituições que compõe o Sistema “S”, como expresso no item I do Art.8º do Decreto nº 5.598/05, como também:

II - as escolas técnicas de educação, inclusive as agrotécnicas; e

III - as entidades sem fins lucrativos, que tenham por objetivos a assistência ao adolescente e à educação profissional, registradas no Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente.

§ 1º As entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.

§ 2º O Ministério do Trabalho e Emprego editará, ouvido o Ministério da Educação, normas para avaliação da competência das entidades mencionadas no inciso III. (BRASIL, 2005).

É de responsabilidade das instituições que oferecem os cursos de profissionalização, manter uma estrutura adequada, bem como acompanhar todo o processo, inclusive avaliando-o.

A Lei de Aprendizagem, no Capítulo IV – sessão I, dispõe sobre a obrigatoriedade da contratação de aprendizes pelos estabelecimentos, estipulando o número de aprendizes de no mínimo 5% e máximo de 15%, cálculo realizado em relação ao número de trabalhadores da instituição. São desconsideradas desse cálculo as funções que exigem formação profissional. O Art. 14 define que ficam dispensadas da contratação de aprendizes: I - as microempresas e as empresas de pequeno porte; e II - as entidades sem fins lucrativos que tenham por objetivo a educação profissional (BRASIL, 2005).

Estando expostas essas normas, cabe ressaltar que a contratação de aprendizes dá-se diretamente junto à empresa contratante. Em caso do programa ser desenvolvido por entidades sem fins lucrativos, caberá a esta o papel de intermediadora do processo de contratação, ficando a seu cargo a obrigatoriedade do encaminhamento ao mercado de trabalho, como disposto pelo Art. 15º do decreto em tela. São resguardadas ainda, algumas especificidades da contratação por empresas públicas e/ou sociedade mista.

O Ministério do Estado do Trabalho e emprego (MTE), por meio da Portaria nº615/2007, criou o Cadastro Nacional de Aprendizagem, tendo como objetivo compilar numa plataforma de dados todas as entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica inscritas. Foram estabelecidas ainda no Art. 4º, diretrizes gerais e curriculares,

sendo que desta forma “as entidades ofertantes de cursos de aprendizagem deverão observar, na elaboração dos programas e cursos de aprendizagem, os princípios relacionados nos Art. 2º e 3º do Decreto nº 5.154, de 23 de julho de 2004, e outras normas federais relativas à Formação Inicial e Continuada de Trabalhadores” (BRASIL, 2007).

Como foi possível observar, o trabalho de crianças e adolescentes, sempre esteve presente na história do Brasil, no entanto, com o passar dos anos, algumas leis, decretos e portarias foram sendo elaboradas com o intuito de proteger e regular o uso da força de trabalho dos jovens. Uma das primeiras e principais limitações em relação aos adolescentes, foi a definição da idade para o ingresso nos postos de trabalho, pois percebe-se que “o processo de ingresso do jovem no mercado de trabalho constitui uma situação especial que acompanha historicamente a evolução das economias de mercado” (POCHMANN, 2000, p.46).

Diante deste histórico de avanços, em especial no que diz respeito à proteção integral das crianças e adolescentes e, como está previsto no ECA, a proteção em relação ao processo de aprendizagem, restam algumas indagações: Quem são os jovens que estão inseridos nestes programas? Por que estes jovens tem se inserido no mercado de trabalho antes de completarem a maior idade?

Se por um lado as leis tem garantido, por meio de normas, a proteção dos adolescentes inseridos no mercado de trabalho, por outro, esses adolescentes tem dividido seu tempo minimamente entre a escola e o trabalho. Segundo Pochmann (2000, p.09), essa inserção antes da fase adulta ocorre “porque prevalecem no país profundas desigualdades econômicas e sociais entre jovens com idades de 15 a 24 anos”.

Sobre o ingresso dos adolescentes no mercado de trabalho, Pochmann (2000, p.49), comenta que

Para as grandes empresas, o emprego de jovens tem sido não apenas uma forma de renovação da qualificação dos empregados, mas também de adequação da estrutura etária dos empregados. Com formação especializada, o jovem obtém experiência e formação profissional adicional, conseguidas geralmente no interior da empresa ou fora dela. É comum as grandes empresas financiarem o treinamento e parte da qualificação de seus empregados.

Cabe ressaltar, que para além de cumprirem a determinação da Lei, as empresas também tem alguns incentivos fiscais¹⁹ como a diminuição do FGTS de 8% para 2%, as

¹⁹ Informações coletadas no site da Instituição Centro Cultural Escrava Anastácia – Portal da Aprendizagem. (Disponível em: <<http://portaldaaprendizagem.ccea.org.br/aprendiz/?paged=3>>. Acesso 01 out. 2014).

empresas também são dispensadas de arcar com o aviso prévio remunerado e o pagamento de multa rescisória.

É ainda concedido às empresas e entidades contratantes de jovens ingressos por meio do Programa de Aprendizagem, o Selo “*Parceiros da Aprendizagem*”, criado por meio da Portaria nº656/2010, expedido pelo Ministério de Estado do Trabalho e Emprego (MTE). O selo é concedido às entidades que cumprem a cota de contratação (entre outros requisitos), nas palavras da portaria, este selo “disciplina a concessão do documento às entidades merecedoras”. (BRASIL, 2010).

Tendo caracterizado o histórico do desenvolvimento da Aprendizagem no Brasil, discutindo a forma como as diferentes leis, decretos e programas foram organizados, a terceira seção busca problematizar a aprendizagem profissional instituída com a Lei de Aprendizagem e as ações do terceiro setor direcionadas no sentido de promovê-la.

3 APRENDIZAGEM PROFISSIONAL E AS INICIATIVAS DO TERCEIRO SETOR

Após haver discutido, na seção anterior, os principais aspectos da Aprendizagem em relação as leis criadas ao longo da história, desde o período colonial até o século atual, nesta seção serão, portanto, abordadas as particularidades da Aprendizagem profissional e sua relação com o Terceiro Setor, enfatizando desde a emergência do referido setor até a atuação deste no campo da promoção e formação profissional dos jovens.

Esta seção será dedicada também à análise das instituições sem fins lucrativos, a partir das informações coletadas nos sítios das organizações promotoras dos cursos de Aprendizagem. Serão consideradas nesta análise todas as instituições do município de Florianópolis que possuem cadastro no sistema de Cadastro Nacional de Aprendizagem do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE).

Por último, apresenta-se uma análise dos critérios apresentados pela Lei de Aprendizagem e a sua interlocução com as instituições sem fins lucrativos.

3.1 Reestruturação produtiva e surgimento do Terceiro Setor

É com a crise de 1970 que se inicia o processo de Reestruturação do Capital, como assinalado anteriormente no item 2.2 *Aprendizagem profissional da crise de 1970 à Constituição da “Lei Do Menor Aprendiz”*, sendo esta orientada pelos princípios neoliberais que se expressam, dentre outros, por meio da flexibilização dos mercados, das relações de trabalho e produção. Além desses aspectos, é possível identificar o afastamento do Estado em relação ao atendimento das questões de ordem social.

Diante das Crises do Capital, são constantemente formuladas e reformuladas maneiras de repostas às mesmas. No período que sucede a crise de 1970, especificamente “a partir dos anos 1980, o capital procura enfrentar suas próprias contradições implementando iniciativas que permitam a recomposição das taxas de lucro, ao mesmo tempo em que desenvolvem iniciativas que as legitimam socialmente”, sob a égide dos ideais neoliberais. (MOTA, 2010, p.16).

Por meio do chamado Consenso de Washington em 1989, o Brasil e os demais países da América Latina, acordaram uma série de diretrizes a ser seguidas, para fomentar o processo de modernização e globalização dos Estados, o que contribuiu, entre outros fatores, para o distanciamento do Estado em relação às políticas sociais, firmando a primazia do setor econômico. Nesse sentido e de acordo com Montañó (2002) é possível afirmar que o referido Consenso, faz parte de uma série de reformas neoliberais que se fundamentam na abertura

comercial/financeira, na desregulamentação dos mercados e na redução e afastamento do Estado sob suas funções sociais e de regulação social entre Capital e Trabalho.

De acordo com Batista apud Novaes (2008, p.7), as propostas do Consenso de Washington, centraram-se em promover:

1. Ajuste fiscal: o Estado limita seus gastos à arrecadação, eliminando o déficit público.
2. Redução do tamanho do Estado: limitação da intervenção do Estado na economia e redefinição de seu papel, com o enxugamento da máquina pública.
3. Privatização: o Estado vende empresas que não se relacionam à atividade específica de regulamentar as regras sociais e econômicas e de implementar políticas sociais.
4. Abertura comercial: redução das alíquotas de importação. Estímulo ao intercâmbio comercial, de forma a ampliar as exportações e impulsionar o processo de globalização da economia.
5. Fim das restrições ao capital externo.
6. Abertura financeira: fim das restrições para que instituições financeiras internacionais possam atuar em igualdade de condição com as do país. Redução da presença do Estado no seguimento.
7. Desregulamentação: Redução das regras governamentais para o funcionamento da economia.
8. Reestruturação do sistema previdenciário.
9. Investimento em infraestrutura básica.
10. Fiscalização dos gastos públicos e fim das obras faraônicas.

O cumprimento dessas propostas pode ser percebido no Brasil a partir da década de 1990, quando assume a presidência Fernando Affonso Collor de Mello, que tem como uma de suas principais ações a abertura do mercado. Dentre as ações que assumiu o plano de governo Collor, esteve o forte achatamento salarial, um intenso processo de privatizações das empresas estatais, além de demissão em massa de servidores públicos.

Neste sentido, Montañó (2002) comenta que se desenvolve a ideia de reforma do Estado, paralelamente ao processo de reestruturação capitalista no Brasil. Esses processos operam na eliminação das conquistas trabalhistas e sociais garantidas com a CF/88, apontando que

É que com o desenvolvimento das relações internacionais e da mundialização do capital, das crises capitalistas, das exigências de austeridade social e ajustamento estrutural feitos pelo capital internacional e

seus organismos (particularmente expressos no Consenso de Washington), que a burguesia nacional começa a tomar consciência das controvérsias [...] do conteúdo impresso na Constituição de 88 (MONTAÑO, 2002, p. 36).

O “pacto social-democrático” brasileiro, assinalado pela Constituição de 1988, ocorreu segundo Montaña (2002, p.35-36) tardiamente, pois emerge num contexto de contestação internacional dos sistemas de Bem-Estar Social dos países centrais e do desenvolvimento da ofensiva neoliberal, impactando no contexto brasileiro, na refutação dos princípios da Constituinte que vão perdendo espaço em detrimento do avanço do “pacto-liberal”, expresso pelo desenvolvimento da hegemonia neoliberal incentivada pelo Consenso de Washington. Diante deste aspecto

Ancorada na tese de que este novo cenário não comportava mais a excessiva presença do Estado, a ideologia neoliberal em ascensão passou, cada vez mais, a avalizar políticas de ingerência privada. Isso teve como resultado uma alteração na articulação entre Estado e sociedade no processo de proteção social, concorrendo para o rebaixamento da qualidade de vida e de cidadania de consideráveis parcelas da população do planeta (PEREIRA, 2002, p. 159).

Ainda segundo Pereira (2002), o Governo Collor lançou mão de inúmeras Medidas Provisórias, que eram justificadas por seu governo pela emergência do quadro inflacionário e das crescentes dificuldades fiscais, adotando assim as primeiras medidas liberalizantes para integração da economia com os setores internacionais.

Todas as medidas que compunham os Planos Collor I²⁰ e Plano Collor II²¹ não

²⁰ De acordo com Baer (2002, p. 201-202), o Plano Collor I atuou “enfrentando uma hiperinflação em ritmo ascendente”, Collor imediatamente introduziu um surpreendente e novo programa anti-inflacionário que consistia nas seguintes medidas:

- 1) 80 % de todos os depósitos do *overnight*, contas correntes ou de poupança que excedessem a NCz \$ 50 mil (equivalentes a US\$1,300 pelo câmbio da época) foram congelados por 18 meses, recebendo durante esse período um retorno equivalente à taxa corrente de inflação mais de 6% ao ano;
- 2) Foi introduzida uma nova moeda. O cruzeiro substituiu o Cruzado Novo (Cr\$ 1,00 = NCz 1,00).
- 3) Foi cobrado um imposto extraordinário e único sobre operações financeiras (IOF), sobre o estoque de ativos financeiros, transações com ouro e ações, e sobre as retiradas das contas de poupança.
- 4) Congelamento inicial dos preços e salários, com ajustes posteriores seguindo determinação governamental baseada na inflação esperada.
- 5) Eliminação de vários tipos de incentivos fiscais – para importações, exportações, agricultura [...]
- 6) Indexação imediata dos impostos (sobre renda e produtos manufaturados), obrigando seu ajuste à inflação no dia posterior à realização da transação.
- 7) Implementação de medidas disciplinares e novas leis reguladoras sobre operações financeiras, buscando reduzir significativamente a sonegação fiscal.
- 8) Aumento do preço dos serviços públicos [...]

obtiveram sucesso, sendo rejeitadas pelas elites e classe média, pois algumas destas poderiam desencadear a perdas de bens destes setores. Outro projeto desenvolvido por este governo foi o Projeto de Reconstrução Nacional²². Contudo, diante das fraudes e processos de corrupção que surgiam no cenário, tornou-se insustentável ao governo Collor qualquer ação, sendo este levado ao processo de *impeachment* em setembro de 1992.

O governo foi passado posteriormente para o vice do presidente Collor, Itamar Franco, que assumiu o país em meio a dezenas de problemas, sendo a inflação o mais latente. Foram editadas medidas para a estabilização da moeda e o controle da hiperinflação, por meio do Plano Real, bem como a correção dos salários, aposentadorias, financiamentos, impostos, entre outros. Cabe ressaltar, segundo Ianoni (2009), que mesmo essas medidas tendo beneficiado a população por meio do controle da hiperinflação, tais ações só foram possíveis pela ação paralela de Reforma do Estado e da liberalização comercial para o capital estrangeiro.

Em 1994, assume a presidência Fernando Henrique Cardoso, popularmente conhecido como FHC que, seguindo os princípios adotados pelo governo anterior, segue minimizando as funções do Estado, sendo deste retirado as funções empresariais e de provedor social, abrindo

9) Liberação do câmbio e adoção de várias medidas para promover uma gradual abertura da economia brasileira em relação à concorrência externa.

10) A extinção de vários institutos governamentais e o anúncio da intenção do governo de demitir cerca de 360 mil funcionários públicos.

11) Medidas preliminares para instituir um processo de privatização”.

Em síntese, as principais ações consistiram no bloqueio bancário, troca da moeda, abertura comercial, desindexação e o ajuste nas contas públicas.

²¹ Durante o Plano Collor II, a eterna busca pela austeridade consistiu em tentativas de administrar melhor os fluxos de caixa e de conter as despesas das empresas estatais. Entre as principais iniciativas nesse sentido estavam o bloqueio de 100% do orçamento dos Ministérios da Educação, Saúde, Trabalho e Bem-Estar Social e 95 % dos fundos originalmente destinados a investimentos, isto é, a liberação de fundos a esses ministérios passou a depender da aprovação do Ministério da Fazenda e da disponibilidade de recursos. [...] Essas medidas complementaram o aumento das tarifas públicas que foi fixado antes do congelamento dos preços. Finalmente, o governo reduziu a transferência de fundos aos estados e municípios sem deixar de cumprir o nível mínimo de imposto pela Constituição. (BAER, 2002, p.205). Em síntese as principais medidas adotadas no Plano II, foram a ‘reforma financeira’, o estímulo à economia, a adoção de medidas para equilíbrio fiscal, a criação da Taxa de Referência de Juros (TR) sobre as ações monetárias, a desindexação e o congelamento de preços e salários. (BAER, 2002).

²² “De acordo com as palavras do Presidente dirigidas aos membros do Congresso Nacional: É meu dever apresentar-lhes, resumindo, minhas propostas de candidato e a profissão de fé de presidente-eleito, as diretrizes do meu projeto de reconstrução nacional. [...] São eles: democracia e cidadania; a inflação como inimigo maior; a reforma do Estado e a modernização da economia; a preocupação ecológica; o desafio da dívida social; e finalmente, a posição do Brasil no mundo contemporâneo”. (COLLOR apud MARA, 1999, p. 113).

espaço respectivamente para o mercado e iniciativa privada mercantil e não mercantil, ou seja, a filantropia empresarial e o setor público não estatal. O Projeto de Reforma do Estado proposto por FHC passou por duas principais reformas, sendo:

[...] a primeira onda de reforma criou as condições mínimas para um processo de renovada acumulação de capital (particularmente pela atração de Investimentos Estrangeiros Diretos- IED), a segunda onda foi além das medidas de estabilização macroeconômica, abertura externa, racionalização e democratização do estado a fim de ‘procurar pragmaticamente uma relação mútua (mais equilibrada) entre o estado e o mercado’ (PETRAS; VELTMEYER, 2001, p. 34).

Em outras palavras, a Reforma do Estado Brasileiro, segundo Bresser Pereira apud Montañó (2002, p.43), pode ser caracterizada por duas ‘gerações’, sendo a primeira nos 80 que ‘promoveu o ajuste estrutural macroeconômico [...] e as primeiras privatizações e a segunda nos 90 que propôs “a reforma administrativa do Estado, a reconstituição da poupança pública, a reforma da Previdência Social e a reforma política”.

Como afirma Netto

[...] esta orientação tomou corpo na política econômica de FHC: ele fez do ‘Plano Real’, como instrumento de estabilização monetária, o primeiro passo para uma inteira abertura do mercado brasileiro[...] ao capital internacional’ articulada à reforma do Estado, que lhe retirava parcialmente o papel empresarial (via privatização) e que reduzia os fundos públicos para o financiamento das políticas sociais”. (NETTO apud MONTAÑO, 2002, p.45)

Segundo Petras e Veltmeyer (2001), essas reformas tiveram impactos em diversas áreas, gerando uma série de modificações para o mundo do trabalho, tais como o desemprego em massa, o aumento de trabalhadores informais, a diminuição de trabalhos com contrato público, o aumento da desigualdade econômica, entre outras implicações que rebateram no cotidiano da população.

Em todos os setores econômicos - finanças, comércio, dívida, investimento, crescimento, emprego e agricultura – a performance do governo Cardoso foi medíocre ou pior: estagnação na agricultura, altíssimas taxas de desemprego, importantes crises financeiras, desequilíbrios financeiros e crescentes pagamentos de dívida. Seu desempenho na área social foi pior ainda: aumentou o déficit interno, subiram as taxas de criminalidade, o subemprego e desemprego chegaram a mais de 20% nas principais cidades, cerca de um milhão de pequenos agricultores teve de migrar, enquanto a propriedade da terra ficou mais concentrada. (PETRAS; VELTMEYER, 2001, p. 157).

Foi com o desenvolvimento dessas estratégias, amplamente expandidas na década de 1990, que o Estado brasileiro minimizou sua atuação em relação ao atendimento das demandas sociais e da regulação da economia. Segundo Cesar (2007, p.123), essa minimização foi possível pela

“regulação da economia, o incentivo ao ingresso de capitais estrangeiros e a racionalização do Estado, com a transferência de seus ativos e serviços para agentes privados, seguindo as medidas de ajuste global e as reformas estruturais prescritas pelo ‘Consenso de Washington’”.

Essa minimização do Estado, ou seja, o Estado Mínimo, desenvolvido no seio do ideário liberal, abriu possibilidades para o mercado ofertar serviços fundamentais da reprodução social, tais como saúde, educação, segurança, cultura, infraestrutura, etc.

Essas medidas repercutiram no agravamento das expressões da Questão Social em meio às péssimas relações de trabalho que vinham se firmando, bem como a Reforma do Estado a qual assinalamos acima, que para além da minimização do papel do Estado e das questões apontadas, impulsionou a sociedade civil a participar da gestão das políticas sociais que passam a ser pautadas nas ações descentralizadas, focalizadas e privatizadas.

É com a minimização do Estado na provisão das políticas sociais e na regulação das relações entre capital e trabalho que se abre espaço para o que convém chamar de “Terceiro Setor”. De acordo com Montañó (2002, p.15-16):

[...] o isolamento (mediante a ‘setorialização’ de esferas da sociedade) e a mistificação de uma sociedade civil (definida como ‘terceiro setor’), ‘popular’, homogênea e sem contradições de classes (que em conjunto buscaria o ‘bem-comum’) em oposição ao Estado (tido como ‘primeiro setor’, supostamente burocrático, ineficiente) e ao mercado (‘segundo setor’, orientado pela procura do lucro), contribuiu para facilitar a hegemonia do capital na sociedade. O debate sobre o ‘terceiro setor’ não é alheio a esta questão. [...] automatizadas, desarticuladas da totalidade social, personificando o Estado, o mercado e a sociedade civil, numa clara homogeneização desta última, escamoteando o verdadeiro fenômeno: a desarticulação do padrão de resposta (estatal) às sequelas da ‘questão social’, desenvolvidos a partir da luta de classes, no Welfare State.

O “Terceiro Setor” “pode ser idealmente concebido como uma entre as quatro combinações resultantes da conjunção entre o ‘público’ e o ‘privado’” (FERNANDES, 2002, p.20-21).

Quadro 3: Combinações resultantes da conjunção entre “público” e o “privado”

AGENTES		FINS		SETOR
Privados	para	Privados	=	Mercado
Públicos	para	Públicos	=	Estado
Privados	para	Públicos	=	Terceiro Setor
Públicos	para	Privados	=	(Corrupção)

Fonte: Fernandes (2002, p.20).

De acordo com Fernandes (2002, p.21), “o conceito denota um conjunto de

organizações e iniciativas privadas que visam à produção de bens e serviços públicos”. É na década de 1990, que segundo Montañó (2002, p.14) “o chamado ‘terceiro setor’ surge com intensidade, trazendo uma explosão de ‘organizações e instituições - organizações não-governamentais (ONGs), sem fim lucrativo (OSFL), instituições filantrópicas, empresas ‘cidadãs’, entre outras – e sujeitos individuais - voluntários ou não”. Contudo, pensar o “terceiro setor”

Numa perspectiva crítica e de totalidade, o que é chamado de ‘terceiro setor’ refere-se na verdade a um fenômeno real inserido na e produto da reestruturação do capital, pautado nos (ou funcional aos) princípios neoliberais: um novo padrão (nova modalidade, fundamento e responsabilidades) para a função social de respostas às sequelas da ‘questão social’, seguindo valores da solidariedade voluntária e local, da auto-ajuda e da ajuda-mútua (MONTAÑO, 2002, p.22).

O fortalecimento do terceiro setor acarreta a crescente desresponsabilização do Estado, em que o atendimento das expressões da questão social, antes exclusivamente de responsabilidade do Estado, passa a ser transferido e compartilhado com a Sociedade Civil, pautada nos valores de solidariedade e ajuda, sendo suas atividades focalizadas nos setores mais empobrecidos. Ou seja, os direitos universais do cidadão vão sendo substituídos por esta lógica. Além deste aspecto, segundo Cesar (2007), todas as mazelas são transferidas para o Estado, criando-se uma tendência de privatização e uma crença de que o setor privado é mais eficiente, competente e racional.

Ao invés do fortalecimento do financiamento e desenvolvimento das políticas sociais, passam a ser privilegiadas as ações voluntárias, que serão incentivadas a suprir as necessidades da população. Nas palavras de Montañó (2002, p.18), é anulado com esse processo “uma fonte importante de proteção do trabalhador e do cidadão (...) desconsiderando o Estado como espaço significativo de lutas de classes e sociais, e como *locus* da manutenção da ordem e ampliação de acumulação capitalista, porém também como garantidor de certo nível de ‘conquistas’ sociais ali desenvolvidas”.

O desenvolvimento de formulações pautadas pela perspectiva da econômica liberal, que tem como princípio a diminuição da atuação do Estado na regulação do mercado e da sociedade, sempre esteve em pauta na discussão dos economistas.

Como evidencia Adam Smith (1996), o mercado deve se auto regular, cabendo aos cidadãos serem responsáveis pela sua manutenção na sociedade. Desta forma, o Estado limitar-se-ia a

Três deveres de grande importância, na verdade, mas simples e perceptíveis para o senso comum: em primeiro lugar, o dever de proteger a sociedade da

violência e das invasões de outras sociedades independentes; em segundo lugar, o dever de proteger, tanto quanto possível, todos os membros da sociedade da injustiça ou opressão de qualquer outro membro, ou o dever de estabelecer uma administração da justiça; e, em terceiro lugar, o dever de criar e preservar certos serviços públicos e certas instituições públicas que nunca poderão ser criadas ou preservadas no interesse de um indivíduo ou de um pequeno número de indivíduos, já que o lucro jamais reembolsaria a despesa de qualquer indivíduo ou pequeno número de indivíduos, embora possa, muitas vezes, fazer mais do que reembolsar esse lucro a uma grande sociedade (SMITH, 1996, p. 284- 285).

Portanto, as discussões sobre esses aspectos relacionados às funções do Estado sempre estiveram em discussões, contudo, o desenvolvimento do neoliberalismo e a diminuição do Estado, no Brasil, tem sua expressão fortemente marcada na década de 1990.

3.2 Educação Profissional e Organizações não Governamentais e sem fins lucrativos

Adentrando o campo da profissionalização e da Educação Profissionalizante promovidas pelas Organizações não governamentais (ONGs), cabe destacar o trabalho de dissertação de mestrado, intitulado *“Educação Profissional e Organizações não governamentais: perfil das ONGs que desenvolvem formação profissional de jovens trabalhadores”* da Mestre em Educação, Ana Paula Bellizia (2012), no qual a autora busca compreender o papel destas instituições na promoção e formação profissional de jovens de famílias da classe trabalhadora da Capital - São Paulo, a maior cidade da América Latina, com população superior a 11 milhões de habitantes/2010, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).²³

A pesquisadora Ana Paula Bellizia, baseou sua investigação em dados levantados por meio de consultas a documentos nos portais da Prefeitura, do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) e outros sobre o Terceiro Setor, sendo encontradas 114 ONGs que ofereciam cursos gratuitos para jovens, bem como aplicação de questionários e grupo focal com 26 profissionais.

A referida pesquisa tem como tema o eixo “Trabalho e Juventude”, que é trazido como fundamental por ser essa parcela da população a que “mais sofre as consequências da precarização do trabalho e na qual a taxa de desemprego chega a superar em três vezes a da população adulta. Sendo, portanto, uma realidade brasileira e também mundial” (BELLIZIA, 2012, p.92). Sobre esse aspecto, enfatiza-se que o foco é a população jovem subalternizada, apontando que

²³ Consulta de dados realizados no sítio do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/home.php>>. Acesso em 01 nov. 2014).

[...] a realidade dos jovens brasileiros apresenta diferenças brutais entre os mais pobres e os mais ricos. A pesquisa Jovens e Trabalho no Brasil revela que o ingresso no mercado de trabalho e as condições em que essa inserção se dá são, de certa forma, determinadas pelo nível socioeconômico do jovem. Os números revelam que a maioria dos indivíduos de 14 a 17 anos que só trabalham (a maior parte sem ter concluído o ensino fundamental) está entre os 40% com menor renda familiar per capita. Os 20% com maiores rendimentos tendem a se dedicar de forma exclusiva ao trabalho somente a partir dos 18 anos, depois de terem concluído o ensino médio (CORROCHANOapud BELLIZIA,2012, p. 93).

Esse aspecto evidencia algumas características discutidasna primeira seção desse trabalho, na qual foram enfatizados o caráter dos cursos profissionalizantes e o público alvo das Escolas de Aprendizizes e Artífices e dos Liceus Profissionais.

Pensandoas características dos cursos e das escolas profissionalizantes do passado em comparação com a finalidade e o público alvo dos cursos profissionalizantes dos dias atuais, é possível verificar que há uma reatualização das perspectivas e do público desses programas, principalmente quando estes são ofertados por instituições sem fins lucrativos. Como aponta Bellizia (2012, p.104), “a missão e os objetivos das ONGs usualmente referem-se ao atendimento à população carente, de baixa renda, em situação de vulnerabilidade e muitos outros termos.”

De acordo com a pesquisa de Bellizia (2012), apenas metade dos cursos estavam vinculados à Lei de Aprendizagem²⁴, assim como somente metade das entidades estavam registradas na Secretaria Municipal de Participação e Parcerias ou Secretaria Municipal de Assistência Social. Em relação ao perfil das entidades, tais como o tipo de entidade, parcerias e convênios que estas estão vinculadas, notou-se que não há grande variação entre elas, sendo relevante apenas destacar as diferentes origens a partir das quais foram fundadas: religiosa, comunitária e empresarial. Outro aspecto abordado diz respeito ao tipo de financiamento, pois um dos dados é que 30% das ONGs pesquisadas através dos sítios não apresentavam a fonte de financiamento e das que apresentavam, tinham como principais financiadores respectivamente o setor privado (46%) e governo/privado (24%).

O estudo aponta também para a definição genérica atribuídaaalguns cursos de formação, não demonstrando o setor para o qual determinado curso se destina. No entanto, na maioria dos cursos que foi possível obter sua especificação, é notório o direcionamento para o

²⁴ Ver Lei nº 10.097, de 19 de dezembro de 2000, que altera dispositivos da Consolidação das Leis Trabalhistas – CLST, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943 e publicações posteriores. (Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110097.htm>Acesso em: 20 setembro 2014).

setor de serviços.

Além de apresentarem um déficit de informação grande em relação à forma de financiamento das atividades, outro aspecto é a ausência, em grande parte dos cursos, da não especificação da carga horária que o curso ofertado dispõe. Cabe lembrar, que a Lei de Aprendizagem dispõe sobre a certificação da conclusão de cursos de profissionalização/capacitação.

Mesmo tendo como critérios a vulnerabilidade socioeconômica, como fator condicionante ao ingresso nesses programas, mais da metade dos sites pesquisados por Bellizia (2012) não apresentam nenhum dado sobre o perfil dos alunos atendidos.

Em Florianópolis, capital de Santa Catarina, com população estimada em pouco mais de 421 mil habitantes/2010, segundo dados do IBGE, foram identificadas 08 instituições sem fins lucrativos que atuam enquanto unidades qualificadoras em formação técnico-profissional, sendo estas identificadas por meio de pesquisa realizada no sítio do Ministério do Trabalho e emprego (MTE), a partir do qual foi possível ter acesso ao Cadastro Nacional de Aprendizagem²⁵.

As instituições listadas no Cadastro Nacional de Aprendizagem e que possuem os cursos validados em novembro de 2014, foram: 1) Associação de ensino social profissionalizante; 2) Associação Du Projetos; 3) Centro Cultural Escrava Anastácia; 4) Centro de Integração empresa-escola do Estado de Santa Catarina; 5) Fundação Casan Fucas; 6) Fundação Pró-Cerrado; 7) Irmandade do Divino Espírito Santo; e 8) Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração. Considerando estas instituições, os quadros abaixo buscam evidenciar quais cursos são oferecidos pelas entidades, bem como a faixa etária atendida. Somam-se as essas características disponibilizadas pelo MTE, algumas considerações a respeito das informações que cada instituição dispõem em suas páginas da internet.

²⁵ Dados obtidos no Cadastro Nacional de Aprendizagem. (Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_consulta.asp#> Acesso em: 01 nov. 2014.)

Quadro 4 – Instituição I

Instituição qualificadora: Associação de ensino social profissionalizante		
Nome fantasia: ESPRO		
Nome do curso	Ocupação	Faixa etária (anos)
Aprendizagem em técnicas básicas de gestão, atendimento	Administração	14 a 24

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do Cadastro Nacional de Aprendizagem (Disponível em: <http://www3.mte.gov.br/politicas_juventude/aprendizagem_consulta.asp>. Acesso em 01 nov. 2014).

O ESPRO- Ensino Social Profissionalizante²⁶, segundo dados coletados em seu sítio na internet(<http://www.espro.org.br>) é uma organização que atua na capacitação profissional de jovens para a inclusão no mercado de trabalho, atuando desde 1979, por iniciativa do Rotary Club. A instituição possui sede em São Paulo e regiões metropolitanas, bem como filiais e polos espalhados pelo Brasil (dois mil municípios). São traçados por esta instituição, cinco pilares de atuação sendo os destinados à: Formação profissional para o trabalho; Aprendiz; Estágio; Oficina de Arte e Cultura e Departamento de Desenvolvimento Social.

A formação desta instituição se baseia na “Formação Profissional para o Mundo do Trabalho, curso gratuito, com foco comportamental, que oferece grande diferencial na formação de jovens de baixa renda e auxilia significativamente o seu ingresso e adaptação no mundo do trabalho”. São atendidos jovens entre 14 e 24 anos, em situação de vulnerabilidade social, matriculados ou concluintes da rede pública de ensino, inclusive portadores de deficiência.

²⁶ Dados coletados no sítio da organização. (Disponível em: <<http://www.espro.org.br/>>. Acesso em 01 nov. 2014).

Quadro 5 – Instituição II

Instituição qualificadora: Associação Du Projetus		
Nome fantasia:		
Nome do curso	Ocupação	Faixa etária (anos)
Aprendiz bancário - Florianópolis	Aprendiz bancário – adolescente serviços administrativos	14 a 18
Auxiliar administrativo	Administração	14 a 50
Auxiliar administrativo - Florianópolis	Administração	14 a 22

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do Cadastro Nacional de Aprendizagem.

A Associação Du Projetus²⁷ apresenta em seu sítio apenas algumas poucas informações que se encontram na data visitada, desatualizadas. Fundada em 2009, seu site evidencia algumas poucas informações sobre sua fundação (2009) e as parcerias firmadas em 2010. No site(<http://duprojetus.org.br/>) consta como o primeiro curso profissionalizante o de Informática básica, nenhuma outra informação foi possível buscar neste sítio, pois outras categorias encontram-se em construção ou direcionam a página para o home inicial.

Quadro 6 – Instituição III

Instituição qualificadora: Centro Cultural Escrava Anastácia		
Nome fantasia: Centro Cultural Escrava Anastácia		
Nome do curso	Ocupação	Faixa etária (anos)
Rotinas administrativas	Administração	14 a 24
Supermercados – repositor de mercadorias	Repositor de mercadorias	14 a 18

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do Cadastro Nacional de Aprendizagem.

²⁷ Informações coletadas no site da instituição. (Disponível em: <<http://duprojetus.org.br/index.php#>>. Acesso em 01 nov. 2014).

O Centro Cultural Escrava Anastácia – CCEA²⁸ - também direciona suas atividades ao atendimento da integração da população mais vulnerável, como enfatiza em seu sítio. No que tange à ação que promove a integração para o mundo do trabalho de jovens, a instituição oferece “ações de formação profissional, inclusão produtiva e intermediação de mão de obra”. Estas foram as principais informações coletadas no site, no entanto, cabe destacar que para além do programa de aprendizagem para jovens, a instituição também desenvolve outras atividades e ações.

O Centro de Integração Empresa-Escola de Santa Catarina – CIEE/SC²⁹ se define como uma associação de fins filantrópicos e educacionais, que tem como missão oferecer à comunidade meios que contribuam para a capacitação profissional e um agente de integração entre escolas, jovens e empresas.

Quadro 7 – Instituição IV

Instituição qualificadora: Centro de Integração empresa-escola do Estado de Santa Catarina – CIEE-SC		
Nome fantasia: CIEE-SC		
Nome do curso	Ocupação	Faixa etária (anos)
Adolescente aprendiz bancário - arco ocupacional administrativo	Aprendiz bancário – adolescente serviços administrativos	14 a 18
Alimentador da linha de produção	Alimentador de linha de produção	18 a 24
Aprendiz em telesserviços	Operador de telemarketing ativo	18 a 24

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do Cadastro Nacional de Aprendizagem.

A profissionalização dos jovens por meio dos programas de aprendizagem é compartilhada com a referida instituição que oferece capacitação, avaliação periódica e

²⁸ Informações coletadas no site da instituição. (Disponível em: <<http://www2.ccea.org.br/jovemaprendiz/>>. Acesso em 01 nov. 2014).

²⁹ Informações coletadas no sítio da instituição. (Disponível em: <<http://www.cieesc.org.br/site/index.php>>. Acesso em: 01 nov. 2014).

acompanhamento. Além destas informações, é possível visualizar na página a idade do público atendido, que está na faixa dos 14 e 24 anos, bem como informações que dizem respeito às características da Lei de Aprendizagem e da consulta de vagas disponíveis.

Quadro 8 – Instituição V

Instituição qualificadora: Fundação Casan Fucas		
Nome fantasia: Fucas		
Nome do curso	Ocupação	Faixa etária (anos)
Operadores do comércio em lojas e mercados	Assistente de vendas	14 a 22

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do Cadastro Nacional de Aprendizagem.

A FUCAS – Fundação Casan³⁰, criada há mais de 10 anos, atua especificamente no Estado de Santa Catarina, tendo como principal público jovens em situação de vulnerabilidade social. Sua página na internet, na data pesquisada, apenas mencionava os programas e projetos desenvolvidos pela Fundação, tais quais: o Programa Campeão nas Quadras e na Vida; Projeto Esporte Cidadão; Projeto Caixa Digital; e Projeto Cultura e Arte. O Programa Jovem Aprendiz, o qual se destina a executar a Lei de Aprendizagem, apenas aparece num link que direciona o leitor a uma página de cadastro no programa. Não foi apreendida, na data da visualização do site, nenhuma informação sobre o curso de aprendizagem para jovens.

Quadro 9 – Instituição VI

Instituição qualificadora: Fundação Pró-Cerrado		
Nome fantasia: FPC		
Nome do curso	Ocupação	Faixa etária (anos)
Aprendiz setor bancário jovem Administração /Florianópolis	Aprendiz bancário – jovem – serviços administrativos	18 a 21

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do Cadastro Nacional de Aprendizagem.

³⁰ Informações coletadas no sítio da instituição. (Disponível em: <<http://www.fucas.org.br/>>. Acesso em: 01 nov. 2014).

Em pesquisa no sítio da Fundação Pró-Cerrado³¹, para coletar informações sobre o desenvolvimento do curso de aprendizagem oferecido pela instituição, a página é direcionada para a página da Rede Pró-Aprendiz³², da qual faz parte a instituição. Nesta página é possível obter algumas informações sobre o programa desenvolvido pelas instituições filiadas, Programa de Socioaprendizagem, que se estrutura em eixos de gestão, sendo: de Relacionamento, Trabalhista, Educacional, Social e de Monitoramento e Avaliação.

A Rede criada em 2009 foi fruto de discussões realizadas no V Encontro Latino-Americano do Labor Juvenil realizado em Goiânia, o qual reuniu representantes de outros países e cerca de 100 organizações sociais, configurando-se hoje como uma aliança nacional.

Além desta instituição, a Fundação Casan – FUCAS e a Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração - Renapsi de Florianópolis integram essa rede.

Quadro 10 – Instituição VII

Instituição qualificadora: Irmandade do Divino Espírito Santo		
Nome fantasia: Irmandade do Divino Espírito Santo		
Nome do curso	Ocupação	Faixa etária (anos)
Adolescente aprendiz arco ocupacional setor bancário	Aprendiz bancário – adolescente serviços administrativos	14 a 18
Adolescente aprendiz serviços adm. Financeiros e comerciais	Assistente administrativo	14 a 18

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do Cadastro Nacional de Aprendizagem.

³¹Informações coletadas no sítio da instituição. (Disponível em: <<http://www.fpc.org.br/site/index.html>>. Acesso em: 01 nov. 2014).

³²Ver informações sobre a Rede Pró-Aprendiz no site. (Disponível em: <<http://www.redeproaprendiz.org.br/home/>>. Acesso em 01 de Nov. 2014).

A Irmandade do Divino Espírito Santo – IDES³³, de origem religiosa, atua na área assistencial e filantrópica desde 1910 no município de Florianópolis, tendo como missão atender crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e em situação de exclusão, como apontado em seu sítio.

O Núcleo de Formação e Trabalho – NUFT é o responsável por capacitar, inserir e acompanhar os adolescentes inseridos no mercado seguindo as disposições da Lei de Aprendizagem.

De acordo com a página, são oferecidos dois cursos de aprendizagem – Adolescente Aprendiz em Serviços Administrativos, Financeiros e Comerciais e Adolescente Aprendiz Bancário – tendo duração prevista de 16/24 meses, sendo 04 horas de jornada diária, quatro dias de atividades na empresa e um na instituição. O sítio ainda traz informações referentes ao objetivo do programa e informações sobre a remuneração.

³³ Informações coletadas no sítio da instituição. (Disponível em: <<http://www.idespromenor.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 01 nov. 2014).

Quadro 11 – Instituição VIII

Instituição qualificadora: Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração Nome fantasia: RENAPSI		
Nome do curso	Ocupação	Faixa etária (anos)
Aprendiz de atendente de farmácia – balconista	Atendente de farmácia - balconista	14 a 21
Aprendiz de frentista	Frentista	18 a 22
Aprendiz em almoxarife	Almoxarife	14 a 21
Aprendiz em apontador de mão-de-obras - portaria	Apontador de mão-de-obra	18 a 22
Aprendiz em arco ocupacional de administração	Administração	14 a 21
Aprendiz em atendente de lanchonete	Atendente de lanchonete	14 a 21
Aprendiz em auxiliar de escritório, em geral	Auxiliar de escritório, em geral	14 a 21
Aprendiz em gestão pública e terceiro setor	Gestão pública, terceiro setor, voluntariado e trabalho social.	18 a 21
Aprendiz em recepção	Recepcionista, em geral	14 a 21
Aprendiz em repositor de mercadorias	Repositor de mercadorias	14 a 21
Aprendiz em setor bancário adolescente – serviços administrativos	Aprendiz bancário – adolescente serviços administrativos	14 a 18
Aprendiz em setor bancário jovem - serviços administrativos	Aprendiz bancário – jovem – serviços administrativos	18 a 21
Aprendiz em setor bancário jovem - serviços administrativos	Aprendiz bancário – jovem – serviços administrativos	18 a 21
Aprendiz em trabalhador de avicultura de postura	Trabalhador da avicultura de postura	18 a 21
Aprendiz em vendedor de comércio varejista	Vendedor de comércio varejista	14 a 21

Fonte: Quadro elaborado pela autora, a partir dos dados extraídos do Cadastro Nacional de Aprendizagem.

A Renapsi – Rede Nacional de Aprendizagem³⁴, Promoção Social e Integração, criada há mais de 20 anos, iniciou suas atividades em Goiás, expandindo-se a outros estados brasileiros, chegando a Santa Catarina.

A instituição, que possui parcerias públicas e privadas, opera por meio de algumas frentes, tais como: a promoção do jovem por meio do trabalho, a prevenção e tratamento de usuários de drogas e o fortalecimento da Aprendizagem (inserção de jovens no mundo do trabalho a partir de programas de Aprendizagem), por meio da Rede Pró-Aprendiz, sendo esta última coordenada/liderada pela instituição.

Ao contrário das entidades pesquisadas no trabalho de Bellizia, buscou-se realizar um levantamento das unidades qualificadoras de Florianópolis registradas no sitio do MTE. Posteriormente ao levantamento, foi realizada uma consulta nas páginas de todas as instituições citadas acima, buscando evidenciar quais informações as unidades apresentavam em suas páginas.

É possível observar a ausência de dados referentes aos cursos oferecidos. Apenas uma instituição (Irmandade do Divino Espírito Santo – IDES) especificava em sua página os cursos, a duração destes e sua carga horária. As demais instituições não faziam referência aos cursos. Algumas, por sua vez, não apresentam nem informações referentes ao que tange à Lei e ao Programa de Aprendizagem, apenas direcionando o leitor a páginas de cadastro ou a sites das redes que integram.

A questão do financiamento também é outro elemento que os sítios não abordam, pois informam apenas o caráter da instituição (sem fins lucrativos). É possível observar também que todas as instituições demonstram em suas páginas os parceiros, entenda-se – instituições que oferecem vagas para os jovens – porém não informam quantos são os jovens inseridos nestes espaços.

O perfil dos jovens atendidos é outro elemento que aparece genericamente. Não se tem informações sobre esses jovens e as instituições, em sua maioria, se limitam a enfatizar que o público alvo destas são jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica.

Diante do exposto, percebe-se que o rol de informações apresenta-se de uma forma muito limitada e que mesmo analisando-se apenas uma parcela de ONGs existentes no território brasileiro, é possível perceber que há limitações em relação ao campo de informações. A página do MTE tampouco apresenta dados desta dimensão sobre as

³⁴ Informações coletadas no sítio da instituição. (Disponível em: <<http://www.renapsi.org.br/#>>. Acesso em: 01 nov. 2014).

instituições; o mesmo apenas apresenta os nomes dos cursos, a faixa etária atendida, o código de cada curso e o período de vigência. Neste sentido, é notório que um dos pontos que é preciso avançar, refere-se às informações.

No subitem a seguir serão analisados os aspectos que envolvem os critérios da Lei de Aprendizagem, bem como a incorporação destes critérios em relação às instituições sem fins lucrativos enquanto entidades qualificadoras em formação Técnico-Profissional Metódica.

3.3 Uma análise sobre os critérios da Lei de Aprendizagem e sua interlocução com as instituições sem fins lucrativos

Como evidenciado durante a construção do texto produzido até aqui, é possível afirmar que a juventude do Brasil sempre foi uma juventude trabalhadora, estando esta parcela da população inserida no mercado de trabalho formal, ou informal.

Sendo os jovens a parcela da população que possui as piores condições de acesso ao mercado de trabalho, quando comparado aos adultos, é possível notar que esse aspecto se expande e se torna mais expressivo quando delimitados a análise para a inserção, em especial, dos jovens das camadas mais empobrecidas.

Ao longo da história, desde o período do Brasil Colônia até os dias atuais, uma série de regulamentações foi elaborada para dar subsídio aos processos de ensino e aprendizagem desenvolvidos ao longo da história. Pode-se afirmar que as ações direcionadas a esta área, configuram-se como um processo que vem sendo consolidado e reelaborado durante a história e que acompanha o desenvolvimento das sociedades e de suas respectivas economias.

As diversas normativas construídas pelos Governos centraram-se em desenvolver um leque de ações, programas, leis e decretos que de acordo com as necessidades de cada período, obrigaram as empresas e instituições a assumirem atividades que dessem suporte ao desenvolvimento de ensino-aprendizagem, voltados a qualificar e a incorporar os jovens ao mercado de trabalho. Ao mesmo tempo em que essas normativas contribuíam para incluir os jovens no mercado de trabalho, também contribuíam para o desenvolvimento do mercado, por meio da capacitação de mão-de-obra necessária.

É possível notar que há um reconhecimento por parte dos governos brasileiros sobre o quadro de desemprego que sonda os jovens, visto que estes são uma das parcelas mais afetadas. Outra evidência que pode ser destacada, são os esforços em diminuir esse dado de desemprego entre os jovens por meio do incentivo à capacitação/profissionalização desta população para o mercado. No quadro abaixo é possível observar, em síntese, algumas das

ações desempenhadas pelos governos e que tiveram como base a promoção da profissionalização para os jovens. Trata-se das ações discutidas no decorrer do texto, mas isso não significa dizer que foram as únicas ações desenvolvidas diante da temática em questão.

Quadro 12 – Resumo dos Decretos, Leis e modificações do processo de aprendizagem profissionais abordados ao longo do texto

Ano	Ações
Decreto nº 439/1890	Estabeleceu a assistência à infância desvalida, através dos Asilos de Meninos desvalidos (destinadas a receber manter e educar menores desvalidos, do sexo masculino)
Decreto nº 1.313/1891	Estabeleceu as providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da Capital Federal, Rio de Janeiro.
1892	Criou-se o Instituto Profissional e as Escolas Salesianas (destinados ao ensino profissional).
Decreto nº 7.566/1909	Criação de Escolas de Aprendizes e Artífices, gratuitas, de ensino profissional e primário, nas Capitais do Estado.
1911	Criação da Escola Profissional Masculina
Decreto nº 5.241/1927	- Criação do ensino profissional obrigatório nas escolas primárias que eram auxiliadas ou mantidas pela União. - Inclui nos currículos do ensino profissional: o ensino de desenho, de trabalhos manuais ou rudimentos de artes e ofícios ou industriais agrárias.
1930	Criou-se o Ministério da Educação e Saúde Pública para supervisionar as unidades (Escolas de Aprendizes Artífices).
1934	O Ministério da Educação e Saúde Pública torna-se a Superintendência do Ensino Profissional.
Constituição de 1937 (Art. nº 129)	- Ensino pré-vocacional e profissional é destinado às classes menos favorecidas é, em matéria de educação, o primeiro dever do Estado. E Instituído o dever das indústrias e dos sindicatos econômicos de criar, na esfera de sua especialidade, escolas de aprendizes, destinadas aos filhos de seus operários ou de seus associados. (Art. 129) - Em 1937 as Escolas de Aprendizes e Artífices são transformadas em Liceus Profissionais, que tinham como função a formação de todos s graus e ramos de atividade.
Decreto nº 4.127/1942 Decreto-Lei nº 5.091/1942 Decreto-lei nº 4.073/1942	Respectivamente: - As Escolas de Aprendizes essas escolas e liceus são transformados em Escolas Industriais e Técnicas. - Institui-se o conceito de Aprendiz para os feitos da legislação de ensino. - Foi organizado o ensino industrial. (Em 1942, é criado o SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial).
Decreto-Lei nº 5.452/ 1943 Decreto-lei nº 6.141/1943	Respectivamente: - Instituído a Lei de Aprendizagem e a Consolidação das Leis Trabalhistas que tornou obrigatório para as indústrias a contratação de aprendizes e suas matrículas em Cursos de Aprendizagem (Art.429). - Criação da Lei Orgânica do Ensino Comercial, que estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino comercial.
Decreto-Lei nº 8.622/1946 Decreto-lei nº 9.613/1946	Respectivamente: - expandiu para o setor comercial a obrigatoriedade de contratação de aprendizes. - Criação da Lei Orgânica do Ensino Agrícola estabeleceu as bases de organização e de regime do ensino a agrícola. (Em 1946, é criado o SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial).

1956	As Escolas Industriais e Técnicas são transformadas em Escolas Técnicas Federais.
Lei nº 5.592/71	Estabelece a obrigatoriedade de habilitação profissional de nível médio.
1982	Criação de cursos noturnos e de aperfeiçoamento.
Constituição Federal de 1988	Dispõe sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.
Lei nº 8.069/1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)	Dispõe sobre o Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho.
Lei nº 10.097/2000	Criação da Lei de Aprendizagem, que dispôs sobre os dispositivos da CLT, alterando os que tratam da aprendizagem dos adolescentes.
Lei nº 5.598/2005	Regulamenta a Lei nº 10.097/2000.
Portaria nº 615/2007	Institui a criação do Cadastro Nacional de Aprendizagem.
2008	Criação do Programa Nacional de Inclusão de Jovens (PROJOVEM).
Portaria nº 656/2010	É o Selo “ <i>Parceiros da Aprendizagem</i> ”.
Lei Nº 12.852/2013	Criação do Sistema Nacional da Juventude (SINAJUVE).

Fonte: Elaborado pela autora, 2014.

Outro fato que se percebe em relação às leis, os decretos e os programas destinados a promover cursos de profissionalização, é que além da centralidade na profissionalização de jovens, há também uma particularidade presente na relação a estes jovens. De que jovens estas normativas estariam falando?

As leis e os decretos expressam basicamente diretrizes para a implantação dos programas de ensino-aprendizagem e mesmo não definindo que o público alvo seja os jovens das camadas mais empobrecidas, percebe-se que majoritariamente são esses jovens que tem se integrado aos programas de aprendizagem, especialmente àqueles oferecidos por instituições não governamentais e sem fins lucrativos. Esse fator evidencia que as desigualdades socioeconômicas interferem diretamente no ingresso antecipado dos jovens ao mercado de trabalho, visto que os jovens de outras camadas inserem-se ao mercado de trabalho mais tarde, como aponta Pochmann (2000).

A Lei Nacional de Aprendizagem, instituída pela Lei nº 10.097/200 e regulada pelo do Decreto 5.598/2005, orienta sobre as condições necessárias em relação ao aprendiz e sua contratação, bem como o caráter das instituições e suas obrigações e finalidades.

Nesse sentido, o Aprendiz é definido pelo Capítulo I, Art. 2º deste decreto, como sendo:

Art. 2º Aprendiz é o maior de quatorze anos e menor de vinte e quatro anos que celebra contrato de aprendizagem, nos termos do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

Parágrafo único. A idade máxima prevista no caput deste artigo não se aplica a aprendizes portadores de deficiência (BRASIL, 2005).

É possível notar que nesta definição de aprendiz, é expressa como norma apenas a limitação da faixa etária e da celebração de contrato de aprendizagem, sendo esta definição complementada pelo Art.428 da CLT, que obriga também a inscrição desses jovens em programas de aprendizagem, mediante a realização da formação técnico-profissional, que respeita a condição peculiar de desenvolvimento destes jovens.

Ainda sobre as questões que tangem às características do aprendiz, no Capítulo II – Art.4º é abordada a questão que trata sobre o contrato de aprendizagem. O mesmo dispõe sobre a obrigatoriedade em relação ao sistema previdenciário e à vinculação com o Ministério do Trabalho, dentre outras particularidades que serão abordadas posteriormente. O referido artigo deixa claro que tanto a matrícula, como a frequência escolar dos aprendizes que não concluíram o ensino fundamental, são requisitos para a integração destes jovens aos programas de aprendizagem.

Cabe ressaltar que essa obrigatoriedade (matrícula e frequência escolar) é apenas destinadas aos jovens que estiverem cursando ensino fundamental, estando descobertos os demais que cursam o ensino médio. Dessa maneira, é possível entender que o compromisso firmado é apenas com a conclusão do nível básico de formação, representado nestes termos pelo ensino fundamental.

A centralidade de garantir sem prejuízo a conclusão do ensino fundamental, também pode ser evidenciada no Capítulo III, seção I – Art.7º, que dispõe sobre os princípios da formação Técnico-Profissional:

Art. 7º A formação técnico-profissional do aprendiz obedecerá aos seguintes princípios:

I - garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino fundamental;

II - horário especial para o exercício das atividades; e

III - capacitação profissional adequada ao mercado de trabalho.

Parágrafo único. Ao aprendiz com idade inferior a dezoito anos é assegurado o respeito à sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Como é possível observar, apesar de a Lei reconhecer como com condição de pessoas em desenvolvimento os jovens menores de 18 anos, a questão da garantia, em relação à conclusão do ensino médio, não sendo item presente na Lei, desponta curiosidade em pensar a

forma como esses jovens vem sendo preparado para o mercado de trabalho, visto que há um visível descompasso entre a formação técnico-profissionalizante e a formação continuada, entendida aqui como a formação para além do nível fundamental. A ênfase da atuação governamental está centrada na formação fundamental e de ensino técnico-profissional.

No Art.6º do decreto em pauta, é definida, para os efeitos da Lei, a compreensão sobre formação técnico-profissional metódica:

Art. 6º Entendem-se por formação técnico-profissional metódica para os efeitos do contrato de aprendizagem as atividades teóricas e práticas, metodicamente organizadas em tarefas de complexidade progressiva desenvolvidas no ambiente de trabalho.

Parágrafo único. A formação técnico-profissional metódica de que trata o caput deste artigo realiza-se por programas de aprendizagem organizados e desenvolvidos sob a orientação e responsabilidade de entidades qualificadas em formação técnico-profissional metódica definidas no art. 8º deste Decreto.

Sendo assim, a formação técnico-profissional metódica deve ser realizada por meio de programas de aprendizagem, que são organizados e desenvolvidos sob a orientação e a responsabilidade das unidades qualificadoras, sendo os cursos obrigados a conter atividades teóricas e práticas.

As unidades qualificadoras são aquelas apontadas na seção II do Capítulo III, do decreto mencionado nas linhas acima. Essas unidades são compostas por instituições que integram o sistema S, bem como as escolas técnicas de educação e agrotécnicas e entidades sem fins lucrativos. É, portanto, neste campo que se abre a oportunidade de atuação das instituições do Terceiro Setor.

Outro aspecto a ser observado refere-se às escolas técnicas porque, na referida Lei, não se faz menção a sua natureza, ou seja, tem-se aberto oportunidade de escolas técnicas públicas e privadas ofertarem cursos técnico-profissionalizantes.

As instituições sem fins lucrativos tem sido um importante campo de oferta de cursos vinculados à Lei de Aprendizagem, mas não só. Estas instituições privadas tem se inserido em diversos campos das políticas sociais, principalmente a partir da década de 1990, como abordado no início do capítulo.

No campo do ensino-técnico profissionalizante, a Lei não apresenta nem define qual conteúdo deve ser ministrado pelos programas. São apenas assinalados na página do sítio do MTE, sugestões de conteúdos de formação humana e científica que devem ser oferecidos pelos cursos de aprendizagem profissional. Cabe dizer que tais conteúdos só vieram a ser

mencionados com a criação da portaria 615/2007³⁵, inciso III – parágrafo 4º, modificada no ano seguinte a sua publicação. Sendo:

III - conteúdos de formação humana e científica devidamente contextualizados:

- a) comunicação oral e escrita, leitura e compreensão de textos e inclusão digital;
- b) raciocínio lógico-matemático, interpretação e análise de dados estatísticos;
- c) diversidade cultural brasileira relacionada ao mundo do trabalho;
- d) organização, planejamento e controle do processo de trabalho e trabalho em equipe;
- e) direitos trabalhistas e previdenciários, saúde e segurança no trabalho;
- f) direitos humanos com enfoques sobre respeito de discriminação por orientação sexual, raça, etnia, idade, credo religioso ou opinião política;
- g) educação fiscal para o exercício da cidadania;
- h) formas alternativas de geração de trabalho e renda com enfoque na juventude;
- i) educação para o consumo e informações sobre o mercado e o mundo do trabalho; (Redação dada pelo(a) Portaria 1003/2008/MTE)
- j) prevenção ao uso indevido de álcool, tabaco e outras drogas;
- k) educação para a saúde sexual reprodutiva, com enfoque nos direitos sexuais e nos direitos reprodutivos e relações de gênero; (Redação dada pelo(a) Portaria 1003/2008/MTE)
- l) políticas de segurança pública voltadas para adolescentes e jovens; e (Redação dada pelo(a) Portaria 1003/2008/MTE)
- m) incentivo à participação individual e coletiva, permanente e responsável, na preservação do equilíbrio do meio ambiente, entendendo-se a defesa da qualidade ambiental como um valor inseparável do exercício da cidadania. (Acrescentado(a) pelo(a) Portaria 1003/2008/MTE). (BRASIL, 2007).

Destaca-se, portanto, que mesmo a portaria definindo que os conteúdos de formação humana e científica devam ser contextualizados, o mesmo não apresenta nenhuma bibliografia a ser abordada e, nesse sentido sugere os temas, mas são as instituições que ofertam os cursos as responsáveis por criarem os programas a serem ministrados, possuindo total autonomia para a formulação dos mesmos.

Por meio da Lei nº 11.741/2008, é definida a abrangência dos cursos relacionados de educação profissional, sendo:

Art. 39.A educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia.

§ 1º Os cursos de educação profissional e tecnológica poderão ser organizados por eixos tecnológicos, possibilitando a construção de diferentes

³⁵Ver Portaria 615/2007. (Disponível em:<http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE4CA7C012BE4F6D21511E8/p_20071213_615.pdf>. Acessado em: 05 nov. 2014).

itinerários formativos, observadas as normas do respectivo sistema e nível de ensino.

§ 2º A educação profissional e tecnológica abrangerá os seguintes cursos:

- I – de formação inicial e continuada ou qualificação profissional;
- II – de educação profissional técnica de nível médio;
- III – de educação profissional tecnológica de graduação e pós-graduação.

Sabendo que a Lei de Aprendizagem preza pela educação de nível fundamental, é possível aludir que os programas criados por esta enquadram-se na categoria de cursos “de formação inicial e continuada ou qualificação profissional”.

Olhando para a atuação das instituições sem fins lucrativos abordadas no subitem anterior, destaca-se novamente a impossibilidade de acesso às informações referentes aos cursos oferecidos e conseqüentemente aos conteúdos abordados. Tais dificuldades foram encontradas na maioria dos sítios visitados.

Essa falta, ou dificuldade de acesso às informações, revela por sua vez, as debilidades da política de formação profissional, visto que a fiscalização parece não alcançar todas as instituições. Por outro lado, percebe-se a ausência de interesse em socializar das informações, tendo em vista que os meios virtuais constituem-se hoje como uma das principais ferramentas de acesso à informação.

Outro ponto que cabe assinalar, é que a Lei não apresenta critérios de elegibilidade para a integração das instituições ao Programa de Aprendizagem. A única característica, neste sentido, apontada pela Lei em relação às instituições qualificadoras:

§ 1º As entidades mencionadas nos incisos deste artigo deverão contar com estrutura adequada ao desenvolvimento dos programas de aprendizagem, de forma a manter a qualidade do processo de ensino, bem como acompanhar e avaliar os resultados.(BRASIL, 2005).

A preocupação com as instituições qualificadoras refere-se basicamente ao espaço físico e ao monitoramento da aplicabilidade da Lei, ou seja, este último diz respeito à produção de quantitativos sobre a eficácia e eficiência dos programas.

Contudo, as instituições não governamentais sem fins lucrativos, tem elencado, em sua maioria, critérios de inclusão para os jovens acessarem os cursos oferecidos pelo programa de aprendizagem. Os critérios adotados para a inclusão dos jovens, realizado pelos programas ofertados por instituições não governamentais tem enfatizado como prioridade e critério, o atendimento de jovens em situação de vulnerabilidade, ou em situação de exclusão.

Como é possível observar, desde as primeiras medidas relacionadas à aprendizagem de jovens, há uma centralidade no atendimento dos jovens de famílias que apresentam

dificuldades socioeconômicas. Nesse sentido, podemos perceber que se reatualiza o assistencialismo dispensado às camadas mais empobrecidas e, sendo assim, constitui-se como estratégia principal o direcionamento dos jovens ao mercado de trabalho. Em contraponto ao incentivo do ingresso dos jovens no mercado de trabalho, não se investe em uma educação básica de qualidade que busque desenvolver a autonomia dos sujeitos.

A forma de contrato destes jovens via entidades sem fins lucrativos, também possui algumas particularidades, presentes no Capítulo IV, seção II, que dispõe sobre as espécies de contratação dos aprendizes:

Art. 15. A contratação do aprendiz deverá ser efetivada diretamente pelo estabelecimento que se obrigue ao cumprimento da cota de aprendizagem ou, supletivamente, pelas entidades sem fins lucrativos mencionadas no inciso III do art. 8º deste Decreto.

§ 1º Na hipótese de contratação de aprendiz diretamente pelo estabelecimento que se obrigue ao cumprimento da cota de aprendizagem, este assumirá a condição de empregador, devendo inscrever o aprendiz em programa de aprendizagem a ser ministrado pelas entidades indicadas no art. 8º deste Decreto.

§ 2º A contratação de aprendiz por intermédio de entidade sem fins lucrativos, para efeito de cumprimento da obrigação estabelecida no caput do art. 9º, somente deverá ser formalizada após a celebração de contrato entre o estabelecimento e a entidade sem fins lucrativos, no qual, dentre outras obrigações recíprocas, se estabelecerá as seguintes:

I - a entidade sem fins lucrativos, simultaneamente ao desenvolvimento do programa de aprendizagem, assume a condição de empregador, com todos os ônus dela decorrentes, assinando a Carteira de Trabalho e Previdência Social do aprendiz e anotando, no espaço destinado às anotações gerais, a informação de que o específico contrato de trabalho decorre de contrato firmado com determinado estabelecimento para efeito do cumprimento de sua cota de aprendizagem; e

II - o estabelecimento assume a obrigação de proporcionar ao aprendiz a experiência prática da formação técnico-profissional metódica a que este será submetido.(BRASIL, 2005).

A contratação de aprendizes, desenvolvidos pelas das entidades sem fins lucrativos, proporciona dentre alguns aspectos, a responsabilização destas para com a contratação dos aprendizes, bem como todos os encargos trabalhistas e previdenciários.

Pensando sobre a condição do aprendiz no mercado de trabalho, analisemos a definição sobre o contrato de aprendizagem, item obrigatório a ser firmado para a caracterização da condição de aprendiz, em conjunto com a idade e outros requisitos. O contrato de aprendizagem é definido no Capítulo II, Art. 3º, como:

Art. 3º Contrato de aprendizagem é o contrato de trabalho especial, ajustado por escrito e por prazo determinado não superior a dois anos, em que o empregador se compromete a assegurar ao aprendiz, inscrito em programa de aprendizagem, formação técnico-profissional metódica compatível com o seu desenvolvimento físico, moral e psicológico, e o aprendiz se compromete a executar com zelo e diligência as tarefas necessárias a essa formação (BRASIL, 2005).

Define-se, portanto, que este contrato possui um caráter especial se comparado com os diversos tipos de contratos de trabalho existentes, tendo este como principal característica a questão do tempo determinado, o qual não pode ultrapassar o período de dois anos e a garantia de condições que possibilitem o desenvolvimento físico, moral e psicológico dos aprendizes.

A Lei tem garantido aos jovens a inserção ao mercado de trabalho por meio do “Jovem Aprendiz”, durante um período da vida e por tempo determinado. Desta forma, garante-se por meio da Lei que a contratação dos jovens aprendizes ³⁶ seja cumprida pelas empresas. Contudo, percebe-se que essa inserção dos jovens se dá permeada pela flexibilidade e pela instabilidade, visto que ao terminar o período de contrato de aprendizagem, não há nenhuma garantia da continuidade desses jovens no mercado.

³⁶Art. 9º Os estabelecimentos de qualquer natureza são obrigados a empregar e matricular nos cursos dos Serviços Nacionais de Aprendizagem número de aprendizes equivalente a cinco por cento, no mínimo, e quinze por cento, no máximo, dos trabalhadores existentes em cada estabelecimento, cujas funções demandem formação profissional (BRASIL, 2005).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta central desta pesquisa foi de realizar um resgate histórico sobre as leis que regulamentaram a aprendizagem profissional no Brasil desde a Colônia até os dias de hoje, com a Lei de Aprendizagem. Além de enfatizar os aspectos das Leis editadas durante este período, dá-se visibilidade aos dispositivos que devem compor os cursos de aprendizagem oferecidos aos jovens a partir da Lei atual, bem como as características dos cursos que são oferecidos pelas instituições não governamentais e sem fins lucrativos.

As instituições não governamentais e sem fins lucrativos, enquanto espaço sócio ocupacional, que oferecem cursos de aprendizagem para os jovens, tendo a atuação dos Assistentes Sociais na elaboração e/ou desenvolvimento das ações, carecem de discussão no seio da formação profissional. Observa-se que o Curso de Serviço Social, oferecido pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), por exemplo, não contempla em seu currículo, disciplina obrigatória que proporcione discussões sobre o campo da educação e da profissionalização de jovens, assim como também há uma invisibilidade da produção da categoria sobre estes temas, como foi evidenciado com o levantamento realizado nas revistas Qualis A do Serviço Social.

Ao realizar um levantamento dos principais aspectos históricos sobre as leis e diretrizes que regulavam os cursos destinados à aprendizagem, foi possível perceber que público alvo desde o período do Brasil Colônia até os dias atuais, não se modificou. Os cursos profissionalizantes têm como alvo os sujeitos inseridos em relações socioeconômicas mais precarizadas, ou seja, o público alvo é a classe trabalhadora, ficando este aspecto evidente quando as instituições que ofertam os cursos são instituições sem fins lucrativos, sendo que esta última ganhou força na década de 1990, com a minimização do Estado no provimento das necessidades sociais da população.

Tendo realizado um levantamento das instituições sem fins lucrativos que ofertam cursos de aprendizagem para jovens e que possuem registro no Cadastro Nacional de Aprendizagem, foram identificadas 08 instituições de diferentes origens, em que predominavam as de origem empresarial, dentre outras comunitárias e religiosas.

Diante das instituições listadas pelo sítio do MTE, procedeu-se uma análise das mesmas a partir de suas páginas na internet, sendo constatado que apesar de estarem cadastradas no sítio do MTE, as instituições apresentam um escasso conjunto de informações. Esse campo da socialização da informação mostrou-se, portanto, nebuloso, visto que informações sobre a forma de financiamento e parcerias, a carga horária dos cursos, as modalidades de cursos

oferecidos, o perfil dos jovens atendidos, entre outros, eram informações escassas, ou não referenciadas nos sítios das instituições. Sendo assim, considera-se que este é um ponto no qual as instituições devem avançar, afim de possibilitar que os jovens possam ter acesso a esses tipos de informações.

Mesmo a vulnerabilidade socioeconômica não sendo um critério definido pela Lei para a inserção dos jovens nos programas, é esse aspecto que tem se evidenciado, em especial com os cursos oferecidos pelas ONGs, pois estas tem enfatizado como prioridade e critério, o atendimento de jovens nessa condição.

O leque de ações, programas, leis e decretos criados para regular os cursos de aprendizagem e as relações de trabalho dos adolescentes, foi se modificando de acordo com a necessidade de cada período. O aprendiz é definido pela Lei vigente, enquanto sujeito que deve ter entre 14 e 24 anos e que possua um contrato de aprendizagem, tendo este que frequentar curso de aprendizagem indicado pela empresa contratante.

Em relação aos critérios estabelecidos pela Lei de Aprendizagem, é possível evidenciar alguns aspectos que merecem ser discutidos, tais como a obrigatoriedade de matrícula e frequência apenas para alunos no ensino fundamental, descobrindo dessa obrigatoriedade o ensino médio. Essa característica coloca em discussão o tipo de projeto que está sendo firmado, visto que a preocupação evidenciada é a conclusão do nível básico e não com uma educação nível médio e superior.

Outra lacuna apresentada pela Lei, refere-se ao conteúdo que deve ser administrado pelos programas de aprendizagem. Acerca deste aspecto, não há nenhuma especificação sobre bibliografias a serem utilizadas; são apenas indicados temas que devem ser abordados. Tais indicações só foram implementadas em 2007, com a criação da portaria 615/2007. Ou seja, as instituições são responsáveis por criarem os programas que irão ministrar.

A Lei limita-se, pois, ao garantir a contratação de jovens aprendizes por meio da obrigatoriedade de contratação destes por parte das empresas, permite que essa inserção se dê por meio da instabilidade, pois, por exemplo, ao não garantir ao jovem o direito de aviso prévio e recebido de multa por demissões sem aviso, fragiliza essa relação. Além disso, o contrato é temporário, o que garante uma inserção ao mercado por tempo determinado, visto que nada garante a permanência do jovem nele.

Desta forma, por um lado a Lei garante e protege o trabalho dos adolescentes, proporcionando meios que atuem na qualificação dessa mão-de-obra e atendendo às exigências do mercado, mas, por outro, deixa de investir em educação, ou seja, em uma

educação de qualidade que torne os alunos sujeitos questionadores e não meramente reprodutores das condições dadas.

Sugere-se, para posteriores pesquisas, a discussão e o aprofundamento acerca das experiências desses jovens, pós período de inserção como jovem aprendiz nas empresas, afim de evidenciar como estes cursos e experiências profissionais impactaram na vida deles.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir & GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 10 ed. São Paulo: Cortez, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho:** Ensaio sobre a afirmação e a negação do Trabalho. 06 ed. São Paulo: Boitempo, 2006.

BATISTA, Paulo Nogueira. O consenso de Washington: a visão neoliberal dos problemas latino-americanos. In: BATISTA, Paulo Nogueira. Et al. **Em defesa do interesse nacional: desinformação e alienação do patrimônio público**. 3ª ed. São Paulo, Paz e Terra, 1995.

BELLIZIA, A. P. **Educação Profissional e Organizações não governamentais:** perfil das ONGs que desenvolvem formação profissional de jovens trabalhadores. 2012.199 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.2012.

BEUREN, I. M.; RAUPP, F. M.; Metodologia da Pesquisa Aplicável às Ciências Sociais. In: COLAUTO, R. D.; LONGARAY, A. A.; PORTON, R. A. de B.; RAUPP, F. M.; SOUSA, M. A. B. de. BEUREN, I. M. (Org.). **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade:** teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2008. p.46-97.

BRASIL. Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. **Resolução n. 74, de 13 de set. 2001.** Disponível em: <http://www.presidencia.gov.br/estrutura_presidencia/sedh/conselho/conanda/.arqcon/.arqcon/74resol.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

BRASIL. Decreto n. 1.313, de 17 jan. 1891. Estabelece providências para regularizar o trabalho dos menores empregados nas fábricas da capital federal. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1891.

BRASIL. Decreto n. 439, de 31 maio 1890. Estabelece as bases para a organização da assistência à infância desvalida. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 31 maio 1890.

BRASIL. Decreto n. 5.241, de 22 ago. 1927. Cria o ensino profissional obrigatório nas escolas primárias subvencionadas ou mantidas pela União, bem como no Colégio Pedro II e estabelecimentos a este equiparados e dá outras providências. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 22 ago. 1927.

BRASIL. Decreto n. 5.598, de 01 de dez. 2005. Regulamenta a contratação de aprendizes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 02 dez. 2005. Disponível em: 17 <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Decreto/D5598.htm>. Acesso

em: 11 set. 2014.

BRASIL. Decreto n. 7.566, de 23 set. 1909. Cria nas capitais dos Estados da República Escolas de Aprendizes Artífices, para o ensino profissional primário e gratuito. **Coleção de Leis do Brasil**, Rio de Janeiro, 23 set. 1909.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.091, de 15 de dez. 1942. Dispõe sobre o conceito de aprendiz, para os efeitos da legislação do ensino. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 31 dez. 1942. Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 18 set. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei n. 5.452, de 01 de maio 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 09 ago. 1943. Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/Del5452.htm>. Acesso em: 18 set. 2014.

BRASIL. Decreto-Lei n. 8.622, de 10 de jan. 1946. Dispõe sobre a aprendizagem dos comerciários, estabelece deveres dos empregadores e dos trabalhadores menores relativamente a essa aprendizagem e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Rio de Janeiro, 12 jan. 1946. Disponível em:<<http://www6.senado.gov.br/sicon/ExecutaPesquisaBasica.action>>. Acesso em: 18 set. 2014.

BRASIL. Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998. Modifica o sistema de previdência social, estabelece normas de transição e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 dez. 1998. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Emendas/Emc/emc20.htm>. Acesso em: 12 set. 2014.

BRASIL. Lei 10.097, de 19 de dez. 2000. Altera dispositivos da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovado pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 01 de maio de 1943. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 dez. 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L10097.htm>. Acesso em: 12 set. 2014.

BRASIL. **Lei 11.692, de 10 de Jun. de 2008**. Dispõe sobre o Programa Nacional de Inclusão de Jovens – Projovem, instituído pela Lei nº 11.129, de 30 de junho de 2005; altera a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004; revoga dispositivos das Leis nºs 9.608, de 2004, 11.129, de 30 de junho de 2005, e 11.180, de 23 de setembro de 2005; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 11 jun. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111692.htm. Acesso em: 12 set. 2014.

BRASIL. Lei 11.788, 25 de setembro de 2008. Dispõe sobre o estágio de estudantes; altera a redação do art. 428 da Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996; revoga as Leis nºs 6.494, de 7 de dezembro de 1977, e 8.859, de 23 de março de 1994, o parágrafo único do art. 82 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e o art. 6º da Medida Provisória nº 2.164-41, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 set. 2008. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/111788.htm>. Acesso em: 16 set. 2014.

BRASIL. Lei 12.852, de 05 de agosto de 2013. Institui o Estatuto da Juventude e dispõe sobre os direitos dos jovens, os princípios e diretrizes das políticas públicas de juventude e o Sistema Nacional de Juventude - SINAJUVE. **Diário Oficial da União**, Brasília, 06 ago. 2013. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12852.htm>. Acesso em: 12 set. 2014.

BRASIL. Lei n. 11.180, de 23 set. 2005. Institui o Projeto Escola de Fábrica, autoriza a concessão de bolsas de permanência a estudantes beneficiários do Programa Universidade para Todos – PROUNI, institui o Programa de Educação Tutorial – PET, altera a Lei no 5.537, de 21 de novembro de 1968, e a Consolidação das Leis do Trabalho – CLT, aprovada pelo Decreto-Lei no 5.452, de 1º de maio de 1943, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 26 set. 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/Lei/L11180.htm>. Acesso em: 19 set. 2014.

BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 jul. 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 16 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 12 set. 2014.

BRASIL. Ministério da Educação. **Centenário da Rede federal de Educação Profissional e Tecnológica**. 2009. Disponível em: <http://www.oei.es/pdf2/historico_educacao_profissional.pdf>. Acesso em: 15 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Portaria n. 1.003, de 04 de dez. 2008. **Diário Oficial da União**, Brasília, 05 dez. 2008. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/legislacao/portarias/2008/p_20081204_1003.pdf>. Acesso em: 22 set. 2014.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Secretaria de Políticas Públicas de Emprego**. PLANFOR: Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador. Brasília, 2001.

BRASIL. Portaria n.615, 13 de dezembro de 2007. Ministério de Estado do Trabalho e Emprego. **Diário Oficial da União**, Brasília, 14 dez. 2007. Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/data/files/FF8080812BE4CA7C012BE4F6D21511E8/p_20071213_615.pdf>. Acesso em: 16 set. 2014.

BUIAR, Janaina C.; GARCIA, N.M.D. Lei do Jovem Aprendiz: as séries metódicas e suas implicações na formação técnico-profissional do trabalhador. In: **SENEPT - Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**, 2008, Belo Horizonte. Educação Profissional e EJA, 2008. Disponível em: <http://www.senept.cefetmg.br/galerias/Arquivos_senept/anais/terca_tema6/TerxaTema6Artigo18.pdf>. Acesso em: 19 set. 2014.

CESAR, Monica de Jesus. “Responsabilidade Social”: uma expressão da hegemonia em processo. In: FRANCISCO, Eliane M.V.; ALMEIDA, Carla, C. Lima de. (orgs.) **Trabalho, território, cultura: novos prismas para o debate das políticas públicas**: São Paulo: Cortez, 2007.

CORDÃO, Francisco Aparecido. **Educação Profissional: Cidadania e Trabalho**. Entrevista

concedida a Carlos Roberto Jamil Cury. Boletim Técnico do Senac, Rio de Janeiro, v. 32, n. 1, p. 46 a 55, jan./abr. 2006.

COUTINHO, Carlos Nelson. **Democracia e socialismo**. São Paulo: Cortez, 1992.

CUNHA, Luiz Antônio. **O ensino de ofícios nos primórdios da industrialização**. São Paulo: UNESP, 2000.

DUARTE, Adriana. **O processo de reforma da previdência social pública brasileira: um novo padrão de regulação social do Estado?**. Serviço Social e Sociedade, n. 73, 2003, p. 120-141.

FALEIROS, V.P.; FALEIROS, E.S. **Escola que Protege**: Enfrentando a violência contra crianças e adolescentes. Brasília, DF: MEC/SECAD, 2ª edição, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/escqprote_eletronico.pdf>

FONSECA, Celso Suckow. **História do Ensino Industrial no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Técnica, 1961.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O Serviço Social na contemporaneidade**: trabalho e formação profissional. 3ed. São Paulo: Cortez, 2012.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social em Tempo de Capital Fetiche**: Capital financeiro, trabalho e questão social. 3ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IANONI, Marcus. **Políticas públicas e Estado**: o Plano Real. Revista Lua Nova, nº 78, 2009.

MARA, Terezinha Mendes. O encantador de Marajás. In: COSTA, Cléria Botelho da; MACHADO, Maria Salete Kern (Org.). **Imaginário e História**. Porto Alegre: Marco Zero, 1999. p. 97-128.

MARSHALL, Thomas Humprey. **Cidadania, classe social e status**. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.

MARTIN, Daniele Fortes. **A Aprendizagem em Paulo Freire e Piaget**. 2007. 52 f. TCC (Graduação) - Curso de Pedagogia, Departamento de Faculdade de Ciências Campus de Bauru, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Bauru, 2007. Disponível em: <<http://www.fc.unesp.br/upload/pedagogia/TCC Daniele - Final.pdf>>. Acesso em: 04 out. 2014.

MARTINS, D. C. **O estatuto da criança e do adolescente e a política de atendimento a partir de uma perspectiva sócio-jurídica**. Revista de Iniciação Científica da Unesp, Marília-SP, v. 1, n. 1, p. 63-77, 2004. Disponível em: <<http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/ric/article/viewFile/71/73>>. Acesso em: 01 out. 2014.

MATSUZAKI, H.H. **O Desafio da Lei do Jovem Aprendiz**: Um estudo da aplicação da Lei

10.097/00 como Política Pública na Inclusão de Jovens no Mercado de Trabalho. 2011. 155f. Dissertação (Mestrado em Administração) – Departamento de Administração da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2011.

MONTAÑO, Carlos. **Terceiro setor e questão social:** crítica ao padrão emergente de intervenção social. São Paulo: Cortez, 2002.

MOTA, Ana Elizabete. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao serviço social brasileiro In: Mota, A, E. (Org). **As ideologias das contrarreformas e o serviço social.** Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2010.

NOVAES, André. Consenso de Washington: Crise do Estado desenvolvimentista e seus efeitos sociais. In **Revista Ensaios** – n.1, v.1, ano 1, 2º semestre de 2008.(Disponível em: <<http://www.uff.br/periodicoshumanas/index.php/ensaios/article/view/61>>. Acesso em: 10 out. 2014).

PEREIRA, P. A. P. **Necessidades humanas:** subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

PETRAS, James e VELTMEYER, Henry. **Brasil de Cardoso:** A desapropriação do país; tradução de Jaime A. Clasen. Petrópolis: Vozes, 2001.

PRIORE, M. (org.) **História da criança no Brasil.** São Paulo: Contexto, 1991.

ROCHA, Enid. **A Constituição cidadã e a institucionalização dos espaços de participação social: avanços e desafios.** 20 anos da constituição cidadã: avaliação e desafio da seguridade social, Brasília: Anfp, 2008.

SALES, P. E. N.; OLIVEIRA, M. A. M. Educação Profissional no Brasil: trajetórias, impasses e perspectivas. In: **II Seminário Nacional de Educação Profissional e Tecnológica**, 2010, Belo Horizonte. Anais do II SENEPT, 2010.

SALES, P.E.N. **Políticas para a capacitação profissional de jovens:** estudo sobre as relações entre as atividades teóricas e práticas em um programa de aprendizagem. 210f. Dissertação. Programa de Pós-graduação CAPES, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2010. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_SalesPE_1.pdf>. Acesso em: 10 set. 2014.

SANTOS, Jailson Alves dos. A trajetória da educação profissional. In: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (org.). **500 anos de educação no Brasil.** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2003. p. 205-224.

SILVA, Maria Lúcia Lopes. A Origem e Evolução Histórica no Brasil. In: **Previdência Social:** um direito a ser conquistado. Brasília, Editora gráfica Agnus, 1977, Capítulo II, p.31-55.

SMITH, Adam. **A Riqueza Das Nações– Investigação Sobre Sua Natureza e Suas Causas.** v. I e II. São Paulo: Abril Cultural, 1996 (Coleção Os Economistas).

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2 ed. São Paulo: Nacional, 1976.